

JUVENTUDES TRADICIONAIS E PERIFÉRICAS ACESSANDO FINANCIAMENTO

O trabalho da Filantropia comunitária
e de Justiça Socioambiental a partir
das experiências do Fundo Casa



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Matos, Regilon

Juventudes tradicionais e periféricas acessando financiamento [livro eletrônico] : o trabalho da filantropia comunitária e de justiça socioambiental a partir das experiências do Fundo Casa / Regilon Matos. -- Juquitiba, SP : Fundo Casa Socioambiental, 2026.

PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-997870-8-9

1. Clima - Mudanças 2. Comunidades tradicionais
3. Filantropia - Investimentos 4. Financiamento
5. Justiça ambiental 6. Meio ambiente
7. Organizações da sociedade civil 8. Periferias urbanas 9. Protagonismo juvenil I. Título.

26-381372.0

CDD-361.765

Índices para catálogo sistemático:

1. Filantropia : Investimento social : Bem-estar social 361.765

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



EXPEDIENTE

Autor: Regilon Matos

Coordenação de pesquisa e produção: Regilon Matos

Colaboração especial em artigos: Amanda Costa; Samilly Valadares e Cristina Orphêo

Revisão textual: Attilio Zolin

Diagramação: Matora Design

Apoio: Fundo Casa

CONSELHO DELIBERATIVO - FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

Presidente: Selma dos Santos Dealdina Mbaye

Vice-presidenta: Laura Yawanawa

Integrantes do Conselho: Brent Millikan; Edmilson Carlos Pereira de Abreu Pinheiro; Elionice Conceição Sacramento; Esaltina Gonçalves Costa; Gisele Paulino Reis de Oliveira; Iremar Antonio Ferreira; Mércia Consolação Silva



| SUMÁRIO

06 Apresentação Institucional – Programa Saberes

11 Juventudes no Brasil: contexto geral

12 Muito Além do Recurso: As Barreiras Invisíveis do Financiamento Climático Juvenil

14 Filantropia Comunitária e Justiça Socioambiental

18 Arquiteturas de Financiamento mais Inclusivas

20 Metodologia de Apoio e Fortalecimento Institucional

22 Da Escuta à Implementação: A Construção da Chamada para Juventudes

25 Projetos selecionados

32 Onde o Financiamento Chega, a Mudança Acontece

Coopera Flora Azul — Curaçá (BA)

Coletivo Jovem — Recife (PE)

Ciclolog — São Paulo (SP)



34 Leitura Estrutural das Demandas (2020–2025)

A Escala da Demanda e o Alcance do Apoio
Território e Biomas: onde estão as juventudes mobilizadas
A dimensão dos biomas
Quem São as Juventudes Apoiadas

45 Histórias que materializam

Clima de Quebrada, um Projeto do Instituto Perifa Sustentável sobre educação Climática - por Amanda Costa
Relato de experiência – por Samilly Valadares (Elas Aquilombam, Quilombo Jacunday – Moju/PA)

50 Recomendações Práticas para Transformar o Financiamento Climático

Recomendações para Financiadores
Simplificar o acesso e remover barreiras estruturais
Financiar confiança e fortalecer instituições
Apoiar processos de longo prazo e aprendizagem
Recomendações para Organizações de Base
Fortalecer gestão sem perder enraizamento territorial
Integrar cuidado, proteção e sustentabilidade humana
Recomendações para as Juventudes
Construir redes e fortalecer incidência coletiva
Desenvolver capacidade estratégica para acessar recursos

54 Uma agenda comum para o futuro

55 Redesenhando o Fluxo de Recursos

57 Sobre o Programa Saberes

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL



Programa Saberes

Os saberes existem e atravessam gerações, construídos a partir da vivência, da resistência e da relação profunda com os territórios. Compartilhar esses saberes é o objetivo central desta publicação.

O **Programa Saberes** nasce como uma iniciativa dedicada à valorização, sistematização e circulação de conhecimentos produzidos por comunidades e sujeitos historicamente invisibilizados nos processos formais de produção de dados e tomada de decisão. A partir dessa perspectiva, esta publicação convida o leitor a mergulhar nas soluções locais lideradas por juventudes periféricas e de comunidades tradicionais, reconhecendo-as como produtoras de conhecimento, inovação e transformação social.

A escolha da temática **Juventudes e Financiamento** emerge da necessidade de compreender como jovens, em diferentes regiões do país, acessam recursos e transformam apoio financeiro em impacto concreto nos territórios. A pesquisa que fundamenta esta publicação parte da experiência de organizações jovens apoiadas pelo **Fundo Casa Socioambiental**, cuja atuação na filantropia comunitária tem como princípio central garantir que os recursos cheguem diretamente às comunidades, fortalecendo iniciativas locais e respeitando suas autonomias.

Ao longo desse processo, foi possível observar a potência de juventudes diversas, negras, mulheres, lideranças locais, quilombolas, indígenas e

periféricas, que, ao acessar financiamento, ampliam sua capacidade de ação, decisão e transformação dos contextos onde atuam. A análise dos projetos apoiados entre 2020 e 2025 evidencia como o acesso a recursos, aliado à escuta qualificada, ao acompanhamento próximo e ao fortalecimento de capacidades, contribui para trajetórias mais sustentáveis e justas de desenvolvimento territorial.

Nesta publicação, apresentamos parte dessas experiências, destacando iniciativas que articulam saberes ancestrais, tecnologia e engajamento social para enfrentar desafios climáticos, sociais e ambientais. Entre mais de duzentas histórias acompanhadas, compartilhamos duas experiências conduzidas por organizações lideradas por mulheres jovens e negras: o projeto **“O Clima é de Quebrada”**, do Instituto Perifa Sustentável, desenvolvido na Brasilândia, periferia de São Paulo, e o projeto **“Elas Aquilombam: Tecnologias Ancestrais e Comunicação Climática”**, do Projeto Perpetuar, realizado no Quilombo Oxalá de Jacunday, no município de Moju, nordeste do Pará.

Desejamos uma boa leitura e que este material contribua para ampliar a compreensão sobre os impactos que juventudes diversas podem gerar quando têm acesso a recursos, reconhecimento e confiança para liderar soluções a partir de seus próprios territórios.



Foto: Pessoas pesquisadoras da turma 1 e 2 do Programa Saberes

Juventudes que Transformam:

Cristina Orphêo
Diretora-executiva
do Fundo Casa
Socioambiental

Conhecimento, território e renovação nas organizações socioambientais

Ao longo das últimas décadas, a agenda socioambiental brasileira foi profundamente marcada pela atuação de organizações da sociedade civil que nasceram da luta por direitos, da defesa dos territórios e da construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento que historicamente gerou desigualdades sociais e degradação ambiental. Nesse percurso, um elemento tem se mostrado cada vez mais central: o papel das juventudes.

No Fundo Casa Socioambiental, essa presença não é apenas vista; ela é cultivada como parte de uma escolha institucional. A juventude tem sido um público prioritário tanto na composição da equipe quanto na seleção dos projetos apoiados, ao lado de outras prioridades estruturantes, como o fortalecimento das mulheres e das comunidades tradicionais. Essa decisão reflete uma compreensão importante: as juventudes não representam apenas a continuidade das organizações, mas são protagonistas da política de inovação, da produção de conhecimento e da construção de novas formas de ação coletiva.



Desde sua fundação, em 2005, o Fundo Casa construiu sua atuação apoiando organizações de base, coletivos comunitários e movimentos sociais que atuam diretamente nos territórios. Ao longo desse processo, tornou-se evidente que muitas das iniciativas mais criativas, mobilizadoras e conectadas com as transformações contemporâneas são desenvolvidas pelos jovens. São eles e elas que, em muitos contextos, têm articulado agendas como justiça climática, comunicação popular, educação antirracista e defesa dos bens comuns.

Esse protagonismo se expressa de múltiplas formas. Em territórios indígenas, quilombolas, rurais e periféricos, os jovens têm fortalecido a linha de frente na defesa de seus territórios e na construção de soluções locais para os impactos das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, também são responsáveis por renovar as linguagens políticas e as estratégias de comunicação dos movimentos sociais, ampliando o alcance das lutas históricas por meio de novas ferramentas, redes digitais e práticas culturais.

Essa capacidade de inovação não surge isoladamente. Ela se desenvolve no diálogo constante com gerações anteriores, que carregam memórias, experiências de resistência e conhecimentos acumulados ao longo de décadas. É nesse encontro que se estabelece uma das dimensões mais potentes da atuação das organizações socioambientais: a troca intergeracional de saberes.

Dentro das organizações, essa troca se manifesta de diversas maneiras. Lideranças mais experientes compartilham conhecimentos sobre processos organizacionais, estratégias de incidência política, realizando mentorias e construção institucional. As juventudes, por sua vez, trazem novas perspectivas, experimentam linguagens contemporâneas e ampliam as formas de mobilização social. Essa dinâmica não representa substituição de gerações, mas sim continuidade e reinvenção.

Nas comunidades tradicionais, esse processo é ainda mais profundo. Jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares transitam entre mundos diferentes: aprendem com seus mais velhos os saberes ancestrais de manejo da terra, de proteção dos biomas e de organização comunitária, enquanto também se apropriam de ferramentas contemporâneas para comunicar essas experiências e fortalecer a defesa de seus territórios. O resultado é uma combinação poderosa entre tradição e inovação.



Ao considerar essa potência, o Fundo Casa tem buscado não apenas apoiar projetos liderados por jovens, mas também fomentar espaços de produção de conhecimento a partir dessas experiências. Uma das iniciativas que expressa essa estratégia é o incentivo à participação de jovens em processos de pesquisa, sistematização e reflexão sobre o próprio trabalho desenvolvido nos territórios.

Nesse contexto, a participação de membros da equipe no Programa Saberes, da Rede Comuá, representa um exemplo significativo. A iniciativa busca valorizar, sistematizar e circular conhecimentos produzidos sobre temas historicamente invisibilizados nos processos formais de produção de dados e tomada de decisão, reconhecendo jovens periféricos e de comunidades tradicionais como produtores de conhecimento e inovação social.

Essa abordagem faz parte de um princípio fundamental: os territórios não são apenas espaços onde problemas acontecem, mas também lugares onde soluções são produzidas. Os jovens que vivem nesses contextos carregam saberes que articulam experiência territorial, práticas comunitárias e visão de futuro. Transformar essas experiências em conhecimento compartilhado é parte essencial da construção de políticas mais justas e de estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

Ao longo dos últimos anos, essa perspectiva tornou-se ainda mais relevante diante da emergência climática. Em diferentes regiões do país, os jovens têm fortalecido o papel central na organização de iniciativas de educação climática, comunicação popular, mobilização comunitária e incidência política. Muitas dessas ações nascem em contextos periféricos ou em territórios tradicionais, onde os impactos ambientais se manifestam de forma mais intensa.

Reconhecer o protagonismo desses jovens implica também repensar as formas de financiamento e de apoio institucional. Historicamente, grande parte dos recursos climáticos globais não chega diretamente às organizações lideradas por jovens ou pelas comunidades locais. Nesse cenário, iniciativas de filantropia comunitária desempenham papel estratégico ao criar mecanismos mais acessíveis, flexíveis e próximos da realidade territorial.

Para o Fundo Casa, fortalecer jovens não significa apenas ampliar o número de projetos apoiados. Significa também investir em processos de formação, fortalecimento institucional e criação de redes que permitam a continuidade dessas iniciativas ao longo do tempo. A experiência demonstra que, quando os jovens têm acesso a recursos, confiança e oportunidades de articulação, sua capacidade de gerar impacto nos territórios cresce de maneira significativa.

Ao mesmo tempo, é fundamental considerar que o fortalecimento das juventudes não pode ocorrer de forma isolada das demais dimensões da justiça socioambiental. Os jovens que atuam na linha de frente dessas agendas são majoritariamente negros, indígenas, quilombolas, periféricos e provenientes de territórios historicamente marginalizados. Seu protagonismo está profundamente conectado às lutas por direitos, reconhecimento e redistribuição de recursos.

Por isso, apoiar os jovens é também fortalecer processos mais amplos de transformação social. É investir em lideranças que estão construindo novas formas de organização, ampliando a participação democrática e defendendo territórios fundamentais para a estabilidade climática e a biodiversidade.

O futuro das organizações socioambientais depende, em grande medida, da capacidade de articular experiência acumulada e de renovação geracional. A troca entre diferentes gerações não garante apenas continuidade institucional, mas também amplia a capacidade de adaptação diante de um mundo em rápida transformação.



As juventudes que hoje atuam nas organizações, nos movimentos sociais e nos territórios não são apenas herdeiras de lutas anteriores. Elas são protagonistas de novas agendas, produtoras de conhecimento e construtoras de caminhos para enfrentar os desafios do presente.

Fortalecer esse protagonismo é, portanto, uma escolha estratégica. E também uma aposta no futuro que já está sendo construída agora, nos territórios, nas comunidades e nas organizações que acreditam que a justiça socioambiental se faz com participação, diversidade e troca permanente de saberes.

É nesse contexto que se insere esta publicação. Ela é fruto direto da visão institucional do Fundo Casa de considerar os jovens não apenas como beneficiários de projetos, mas como produtores de conhecimento estratégico sobre seus territórios. Ao incentivar que jovens integrantes da equipe e de organizações apoiadas participem de processos de pesquisa, sistematização e reflexão sobre as experiências vividas, o Fundo Casa reafirma seu compromisso com uma produção de conhecimento que nasce da prática, da escuta e da realidade dos territórios. Esta publicação, desenvolvida no âmbito do Programa Saberes da Rede Comuá, materializa essa aposta ao transformar experiências concretas de apoio, mobilização e ação climática em aprendizagem coletiva, fortalecendo o debate sobre financiamento climático e protagonismo juvenil.

O estudo que dá origem a este trabalho foi conduzido por Regilon Matos, colaborador do Fundo Casa que, ao longo de sua trajetória na organização, tem construído seu percurso profissional com mentoria e apoio institucional, consolidando-se progressivamente como uma liderança jovem no campo da justiça socioambiental e da produção de conhecimento a partir dos territórios.

Juventudes no Brasil:

Contexto geral

No Brasil, um país marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e territoriais, os impactos das mudanças climáticas incidem de forma desproporcional sobre juventudes que vivem nas periferias urbanas, nas zonas rurais, nos campos e nas florestas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), jovens entre 15 e 29 anos representam cerca de 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas. Esse contingente populacional permanece fortemente afetado pelo cenário pós-pandemia, no qual aproximadamente 10,9 milhões de jovens não estudam nem trabalham, evidenciando um quadro de vulnerabilidade social que se agrava diante das crises climáticas e ambientais.

Apesar desse contexto, as juventudes brasileiras têm desempenhado um papel central na defesa de direitos, na proteção dos territórios e na construção de respostas locais aos desafios globais. Nas eleições presidenciais de 2022, a participação juvenil foi decisiva para a transição de um governo negacionista em relação à agenda climática para um governo mais aberto ao diálogo com a sociedade civil. Desde então, jovens seguem pressionando o Estado por políticas públicas efetivas, participando de espaços de tomada de decisão, como conferências de clima e biodiversidade da ONU, e implementando soluções concretas em seus territórios.

“Somos a geração que faz barulho, mas que também cobra e diz o que quer. Justamente pelo cenário de emergência climática que vivemos, o financiamento precisa chegar de forma muito mais rápida para a juventude!”

Hanna Balieiro – Instituto Clima e Sociedade

No entanto, esse protagonismo contrasta com a exclusão histórica das juventudes das políticas públicas e dos mecanismos de financiamento. O relatório *“Cadê as Juventudes nas Políticas Públicas Federais?”*, produzido pela organização Engajamundo, aponta que o reconhecimento formal de direitos não tem sido suficiente para garantir sua efetivação. Embora o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) assegure direitos como participação social, educação, território, sustentabilidade e meio ambiente, esses direitos ainda não alcançam plenamente as múltiplas realidades das juventudes brasileiras.

As injustiças socioambientais que atravessam o país afetam de maneira ainda mais intensa comunidades tradicionais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares. Esses grupos, profundamente dependentes do equilíbrio ambiental, estão entre os principais responsáveis pela proteção dos biomas brasileiros, mas continuam sendo os mais impactados pelo racismo ambiental e pela ausência de políticas públicas estruturantes.

Nesse contexto, organizações juvenis que atuam na linha de frente da justiça climática enfrentam desafios significativos. A sobrecarga operacional, a ausência de suporte técnico contínuo e a dificuldade de acesso a tecnologias comprometem sua capacidade de planejamento estratégico, comunicação e articulação política. Barreiras geográficas e logísticas também limitam a construção de redes colaborativas e a troca de experiências entre juventudes de diferentes territórios.

É a partir desse cenário que se torna urgente compreender como o acesso ao financiamento, especialmente por meio de modelos de filantropia comunitária e de justiça socioambiental, pode fortalecer o protagonismo juvenil, ampliar o impacto das iniciativas locais e garantir condições mais justas para que essas juventudes sigam protegendo seus territórios e construindo soluções para a crise climática.

Muito Além do Recurso:

As Barreiras Invisíveis do Financiamento Climático Juvenil

A análise das propostas e das experiências das organizações jovens apoiadas ao longo dos últimos anos revela um conjunto de desafios estruturais e contextuais que impactam diretamente a efetividade, a continuidade e a autonomia dessas iniciativas. Esses desafios não se apresentam de forma isolada, mas articulados entre si, evidenciando a complexidade do ecossistema em que as juventudes atuam.

Um dos primeiros obstáculos identificados diz respeito às condições de infraestrutura e logística, especialmente em territórios periféricos, rurais ou de difícil acesso. Estradas em más condições, enchentes recorrentes e a ausência de transporte adequado dificultam o deslocamento de pessoas, materiais e equipes, comprometendo o cumprimento de cronogramas e exigindo soluções improvisadas que elevam os custos das ações. Essas limitações impactam, inclusive, a participação das organizações em formações, encontros e espaços de articulação em rede.

As dificuldades logísticas frequentemente se somam a um segundo desafio: o engajamento comunitário. Em territórios marcados por histórico de abandono institucional, desconfianças e assimetrias de informação, iniciativas locais, mesmo quando lideradas por jovens do próprio território, podem enfrentar resistências. Além disso, a mobilização de grupos específicos, como mulheres, juventudes LGBTQIAPN+ e povos tradicionais, demanda abordagens sensíveis e estratégias inclusivas que garantam participação segura, contínua e respeitosa.



Mesmo quando conseguem mobilizar suas comunidades, muitas organizações juvenis enfrentam o desafio crônico do acesso a recursos financeiros. Estruturas organizacionais frágeis, ausência de equipes técnicas permanentes e pouco domínio das exigências formais dos editais dificultam a captação de recursos. Como consequência, a continuidade das ações é frequentemente comprometida, especialmente pela falta de fundos para aquisição de equipamentos, manutenção de espaços, remuneração de equipes ou cobertura de custos básicos, como alimentação e transporte.

Esse cenário é agravado pela precariedade no acesso à conectividade e às ferramentas de comunicação. Em diversos territórios, a instabilidade ou inexistência de internet e telefonia inviabiliza a participação em processos seletivos, dificulta a comunicação regular com financiadores e limita o acesso a formações online. A fragilidade da comunicação institucional também compromete a visibilidade pública das iniciativas e reduz sua capacidade de articulação política e incidência em espaços institucionais.

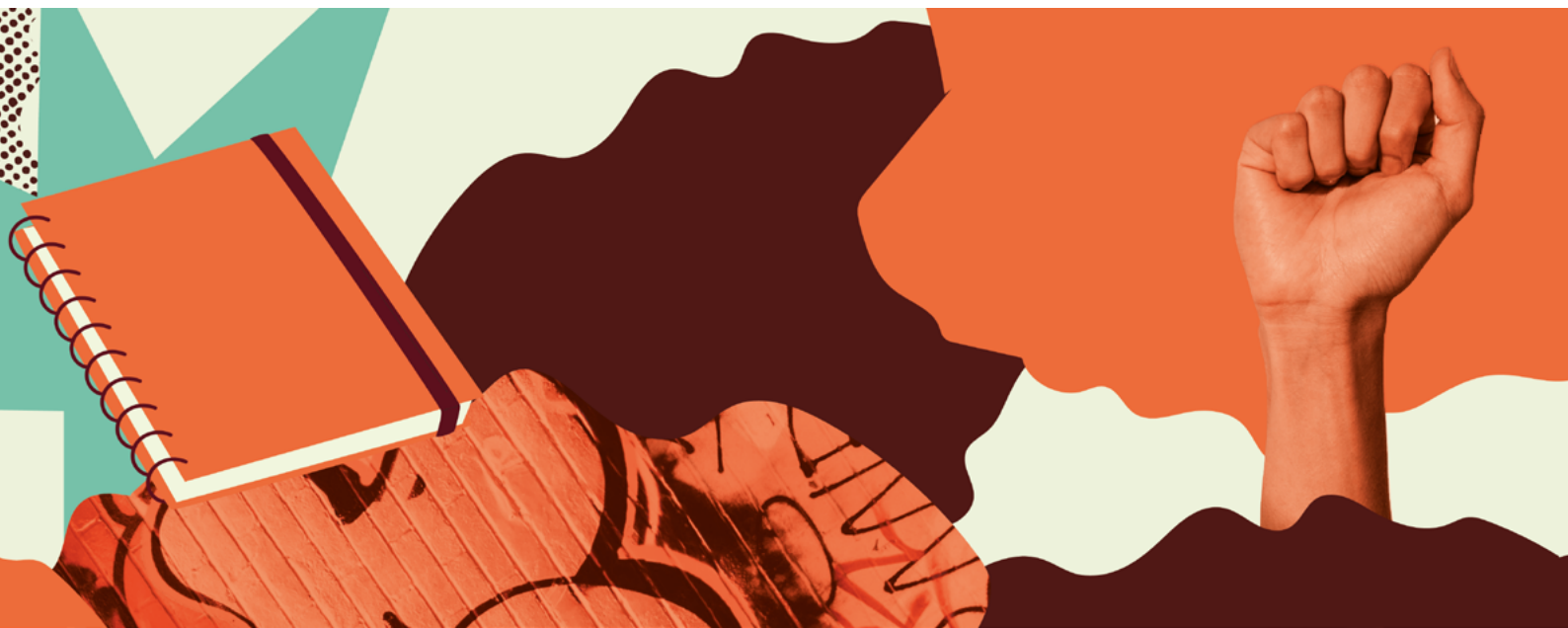
As barreiras estruturais tornam-se ainda mais complexas diante do aumento das emergências climáticas.

Chuvas intensas, secas prolongadas e outros eventos extremos afetam diretamente a execução das atividades, exigindo mudanças de planejamento, cancelamentos ou respostas emergenciais, muitas vezes sem apoio adicional. Paralelamente, a violência e os conflitos seguem como ameaças constantes para jovens que atuam na defesa de direitos humanos e ambientais, especialmente em territórios marcados por disputas fundiárias, presença de grandes empreendimentos ou atividades ilegais.

Transversal a todos esses desafios está a ausência de acesso a formações técnicas contínuas e oportunidades de fortalecimento institucional. Sem formações adequadas à sua realidade, muitas organizações enfrentam dificuldades para consolidar processos de gestão, formular projetos, planejar

ações de longo prazo e acessar novos financiamentos. Essa lacuna limita a autonomia das iniciativas e reforça a dependência de apoios pontuais, comprometendo sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Diante desse panorama, torna-se evidente que o apoio às juventudes precisa ir além da transferência de recursos financeiros. É fundamental investir em estratégias integradas que mitiguem os obstáculos estruturais, fortaleçam redes de aprendizagem e solidariedade, ampliem o acesso a tecnologias e formações para garantir a proteção das lideranças. Somente assim será possível promover impactos duradouros, enraizados nos territórios e capazes de enfrentar, de forma estrutural, as desigualdades que marcam o acesso ao financiamento.



Filantropia Comunitária e Justiça Socioambiental

A filantropia assume diferentes formatos no Brasil e no mundo, incluindo modelos familiares, corporativos e climáticos. No entanto, nem todos operam da mesma forma em relação à sociedade civil e aos grupos de base comunitária.

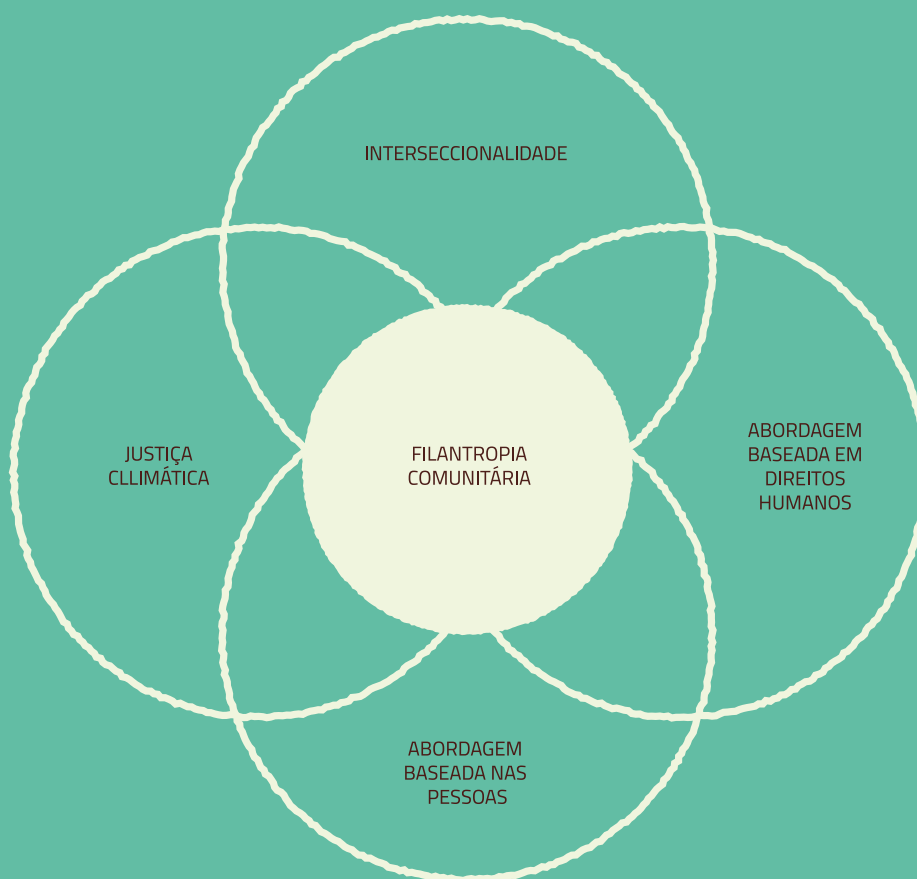
Historicamente, grande parte da filantropia tradicional brasileira não se estruturou prioritariamente como doadora direta para organizações da sociedade civil. Isso cria limitações na capacidade de responder às demandas específicas dos territórios, especialmente quando se trata de grupos historicamente marginalizados. Editais altamente competitivos, exigências técnicas complexas e relações verticalizadas entre financiadores e organizações frequentemente dificultam o acesso de iniciativas lideradas por juventudes periféricas e comunidades tradicionais.

Nesse modelo, o apoio costuma ocorrer por meio de grants isolados e de curto prazo, com baixa flexibilidade orçamentária e pouca previsibilidade de continuidade. Essa lógica restringe o fortalecimento institucional das organizações e mantém estruturas frágeis diante de desafios cada vez mais complexos, como as emergências climáticas e os conflitos territoriais.

Diante dessas limitações, a filantropia comunitária e de justiça socioambiental surge como uma alternativa estratégica. No Brasil, esse campo vem se consolidando como uma prática que busca democratizar o acesso ao financiamento, descentralizar recursos e fortalecer capacidades já existentes nos territórios. Estudos recentes sobre filantropia comunitária no país apontam que essa abordagem contribui para a mudança nas relações de poder ao apoiar organizações que atuam na defesa de direitos e no desenvolvimento comunitário, fortalecendo práticas de **grantmaking** mais próximas da realidade dos grupos apoiados.



Gráfico 1: Matriz de conceitos-chave



Fonte: Comuá pelo Clima - Pesquisa com organizações membros da Rede Comuá abril/maio 2024

Essa perspectiva parte de um princípio fundamental: o olhar para o território deve superar a lógica da carência e reconhecer as capacidades existentes. Soluções sustentáveis nascem de quem vive os desafios locais, e a redistribuição de recursos precisa vir acompanhada de confiança, proximidade e compromisso político.

Nesse contexto, a Rede Comuá se consolida como um dos principais exemplos de filantropia comunitária e independente voltada à justiça socioambiental no Brasil. Reunindo fundos doadores independentes, a rede atua na descentralização do financiamento e no fortalecimento de organizações locais em diferentes biomas e territórios brasileiros. Seu posicionamento parte da compreensão de que a filantropia pode contribuir de maneira decisiva para a redução de desigualdades e para a promoção da justiça climática, apoiando grupos historicamente excluídos dos grandes fluxos de financiamento.

A publicação Comuá pelo Clima: financiamento de soluções climáticas locais e cenários da filantropia, lançada em 2024, evidencia esse movimento. O diagnóstico realizado junto aos membros da rede demonstrou que sua atuação é capilarizada nacionalmente, com presença em diferentes regiões e forte engajamento na implementação de Soluções Climáticas Locais. O estudo também aponta que todos os membros atuam, em algum nível na agenda climática, variando a intensidade de seu foco, o que demonstra comprometimento coletivo com o enfrentamento da crise.

A abordagem adotada pelos membros da Rede Comuá é interseccional, considerando marcadores como gênero, raça, território e geração na definição de seus apoios. Mais de 70% das organizações priorizam iniciativas voltadas a mulheres, pessoas negras e juventudes. Além disso, 81% afirmaram ter ampliado seus apoios relacionados ao clima e à justiça climática, totalizando cerca de 394 milhões de reais investidos nessa agenda.



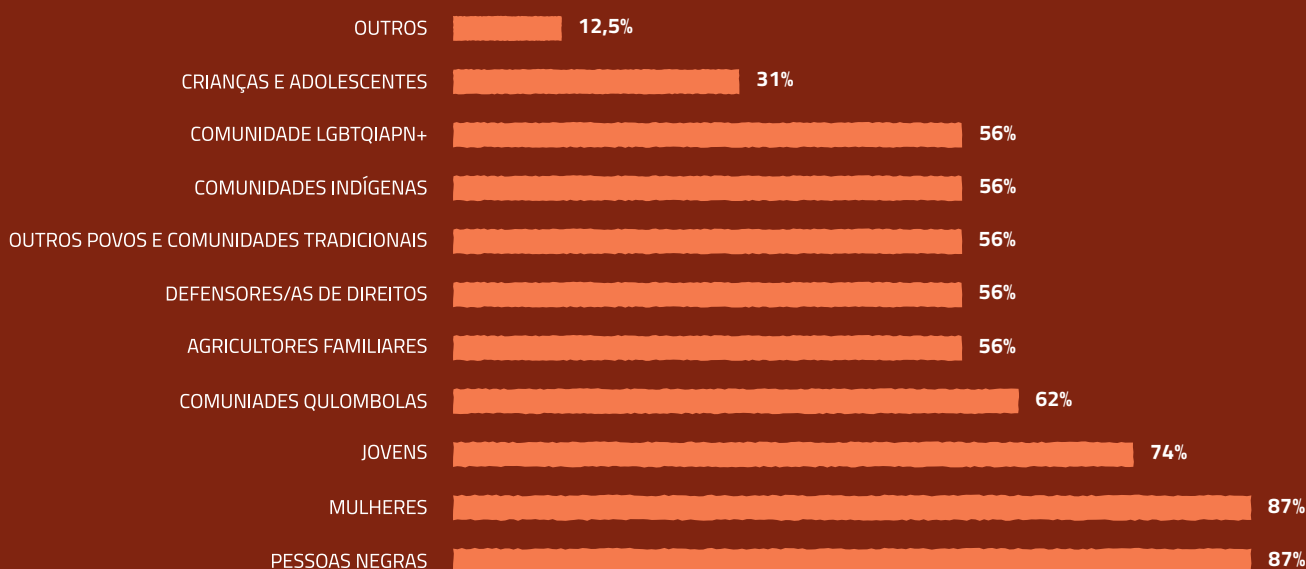
Metade ou mais das organizações integrantes da rede direcionam seus apoios a comunidades quilombolas, povos indígenas e agricultores familiares, reconhecendo que esses grupos estão entre os mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas. Outros públicos, como comunidades LGBTQIAPN+ e coletivos locais, também são contemplados, evidenciando o compromisso com estratégias inclusivas e com a efetivação da justiça climática.

No que se refere especificamente às juventudes, os dados da publicação indicam que 74% das organizações apoiadas pelos membros da Rede Comuá entre 2018 e 2022 atuaram com juventudes, e 62% dos fundos afirmaram priorizar grupos liderados por jovens.

Esses números reforçam que a filantropia comunitária e de justiça socioambiental reconhece o papel central das juventudes na construção de respostas climáticas enraizadas nos territórios.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico da Iniciativa Comuá pelo Clima evidencia que os membros da rede exercem papel estratégico na produção de conhecimento, no fortalecimento de capacidades e na incidência política sobre financiamento climático. Trata-se de uma atuação que busca não apenas repassar recursos, mas influenciar o campo da filantropia a repensar suas práticas de doação e ampliar o acesso direto aos territórios.

Gráfico 2: Distribuição do público-alvo das ações na agenda de clima da Rede Comuá



Ainda assim, os desafios persistem. Em nível global, o financiamento climático direcionado a povos indígenas, comunidades locais e tradicionais permanece muito aquém de sua contribuição para a conservação ambiental e a estabilidade climática. Entre 2020 e 2023, os recursos destinados a esses grupos foram significativamente inferiores à sua relevância na proteção de florestas e biomas. Grande parte dos fluxos financeiros continua sendo canalizada por instituições multilaterais e grandes organizações intermediárias, o que dificulta o acesso direto das comunidades aos recursos.

Esse cenário evidencia que o debate sobre financiamento climático não é apenas técnico, mas político. Não se trata somente de ampliar volumes de recursos, mas de transformar a forma como eles circulam, quem decide sobre sua aplicação e quais organizações são consideradas aptas a recebê-los.

É nesse ponto que a experiência do Fundo Casa Socioambiental se insere. Integrante da Rede Comuá, o Fundo Casa atua há duas décadas com foco no apoio direto a grupos de base, adotando práticas de grantmaking mais acessíveis, processos de escuta contínua e mecanismos de fortalecimento institucional. Sua trajetória permite observar, de maneira concreta, como a filantropia comunitária pode reduzir barreiras históricas de acesso ao financiamento e ampliar o protagonismo das juventudes tradicionais e periféricas na agenda climática.

Nos próximos capítulos, aprofundamos essa experiência a partir da análise das demandas que chegaram ao Fundo Casa nos últimos cinco anos. Ao examinar os dados, os desafios e os aprendizados acumulados, buscamos compreender como tornar o financiamento climático mais equitativo, acessível e alinhado às realidades das juventudes que atuam na linha de frente da justiça socioambiental.



Arquiteturas de Financiamento mais Inclusivas

Diante das barreiras estruturais que dificultam o acesso das juventudes ao financiamento, torna-se urgente avançar para modelos que combinem justiça socioambiental, interseccionalidade e compromisso com o protagonismo territorial. A experiência acumulada pela filantropia comunitária e por iniciativas internacionais que vêm debatendo práticas de financiamento baseadas na confiança demonstra que é possível construir caminhos mais inclusivos, acessíveis e eficazes.

Um dos primeiros deslocamentos necessários está na flexibilização dos critérios de acesso. Muitas juventudes atuam por meio de coletivos informais, redes autônomas e articulações comunitárias que não possuem CNPJ ou estrutura institucional consolidada. Ainda assim, desenvolvem ações profundamente enraizadas nos territórios e produzem impacto real. Reconhecer essas formas de organização exige reduzir barreiras burocráticas, adaptar a linguagem dos editais e criar mecanismos de orientação contínua durante todo o processo de inscrição, seleção e acompanhamento.

Outra diretriz fundamental é a descentralização territorial intencional. A concentração histórica de recursos em grandes centros urbanos ou em organizações já consolidadas reproduz desigualdades. Direcionar investimentos para biomas e regiões historicamente marginalizadas, como Amazônia, Cerrado e Semiárido, amplia a diversidade de vozes no enfrentamento à crise climática e fortalece soluções que nascem das próprias comunidades. Essa estratégia rompe com a lógica concentradora do financiamento tradicional e reconhece que a inovação também emerge das periferias urbanas e dos territórios rurais.

Além da descentralização, a experiência de fundos comunitários demonstra que o financiamento



precisa ser mais flexível e baseado na confiança. Modelos internacionais de trust-based philanthropy (Filantropia Baseada na Confiança) reforçam que simplificar processos, reduzir exigências excessivas de relatórios e estabelecer relações horizontais aumenta a efetividade do apoio. A confiança deixa de ser um princípio abstrato e passa a ser metodologia. Quando os financiadores reconhecem a capacidade de decisão das organizações apoiadas, o recurso se torna ferramenta de fortalecimento institucional e não apenas de execução de atividades pontuais.

Outro aprendizado relevante é que recursos isolados não são suficientes. Apoios estruturados devem combinar repasses financeiros com formação técnica, visibilidade pública e estímulo à articulação em rede. Programas de fortalecimento de capacidades, adaptados à realidade dos territórios e oferecidos em formatos acessíveis, contribuem para que lideranças jovens desenvolvam competências em gestão financeira, elaboração de projetos, regularização institucional e comunicação estratégica. Essa combinação amplia a autonomia das organizações e reduz a dependência de apoios esporádicos.



A participação juvenil na própria concepção dos mecanismos de financiamento também se mostra central. Experiências recentes de escuta ativa e processos participativos indicam que envolver juventudes na definição de temas, critérios e formatos de editais aumenta a legitimidade e a eficácia das iniciativas. Quando jovens deixam de ser apenas beneficiários e passam a influenciar decisões estratégicas, o financiamento se torna mais alinhado às realidades locais e mais capaz de responder às urgências territoriais.

A implementação de fundos emergenciais constitui outro instrumento estratégico. Em contextos de desastres ambientais, ameaças a defensoras e defensores de direitos ou crises socioeconômicas, a agilidade no repasse pode ser decisiva. Fluxos simplificados, decisões descentralizadas e relações de confiança permitem respostas rápidas sem comprometer a transparência e a responsabilidade.

Essas práticas apontam para um modelo de financiamento que ultrapassa a lógica do apoio isolado e de curto prazo. Trata-se de uma abordagem que articula confiança, flexibilidade, fortalecimento institucional e participação ativa das juventudes. Um modelo que entende que apoiar não é apenas transferir recursos, mas construir condições para continuidade, articulação política e sustentabilidade das iniciativas.

A justiça climática e social exige que as juventudes sejam reconhecidas como aliadas estratégicas na transformação do presente. Elas não são apenas promessa de futuro, mas produtoras de soluções concretas no agora.

Nos capítulos seguintes, analisamos como esses princípios têm sido colocados em prática no contexto brasileiro, a partir das demandas que chegaram ao Fundo Casa Socioambiental nos últimos cinco anos e das evidências geradas por esse percurso.



Metodologia de Apoio e Fortalecimento Institucional

Antes de abordar a construção da chamada específica voltada às juventudes, é importante compreender a metodologia estruturante que orienta o modelo de apoio do Fundo Casa Socioambiental.

Fundado em 2005, o Fundo Casa é uma organização brasileira dedicada à promoção da conservação ambiental, da sustentabilidade e da justiça socioambiental por meio do apoio direto a iniciativas da sociedade civil. Ao longo de duas décadas, consolidou-se como uma referência na filantropia comunitária na América do Sul, **tendo investido mais de R\$ 160 milhões em mais de 5.000 projetos, em dez países da região.** Seu foco principal está no fortalecimento de organizações de base, coletivos comunitários e movimentos populares que atuam na linha de frente da defesa dos territórios.

A estratégia institucional do Fundo Casa parte de um princípio central: o recurso deve chegar de forma direta e desburocratizada às organizações que vivem os desafios socioambientais em seus contextos locais. Isso significa operar com editais acessíveis, linguagem clara, critérios adaptados à realidade das organizações de base e processos de inscrição acompanhados por orientação técnica.

O modelo de apoio vai além da transferência financeira. Ele combina duas dimensões estruturantes:

1. **Repasse direto de recursos para execução de projetos.**
2. **Fortalecimento institucional por meio de formação técnica e acompanhamento contínuo.**

Essa metodologia reconhece que muitas organizações apoiadas enfrentam desafios estruturais relacionados à formalização jurídica, gestão administrativa, comunicação e planejamento estratégico.



Por isso, os apoios incluem jornadas formativas que abordam temas como gestão financeira, regularização institucional, governança, elaboração de relatórios e estratégias de comunicação.

O acompanhamento não se limita à prestação de contas. Ele é orientado pela escuta ativa, pelo diálogo constante e pela construção de confiança. Esse formato permite que o financiamento seja compreendido como ferramenta de fortalecimento e não apenas como execução de atividades pontuais.

Nos últimos anos, entre 2020 e 2025, essa metodologia mostrou-se particularmente relevante no apoio a juventudes. Ainda que as chamadas públicas do Fundo Casa não fossem exclusivamente destinadas a esse público, iniciativas lideradas por jovens entre 18 e 29 anos representaram 30% dos projetos apoiados nesse período. Esse dado se destaca quando comparado ao cenário global.

Estudo conduzido pelo Youth Climate Justice Fund em parceria com a ClimateWorks Foundation identificou que apenas 0,96% do financiamento climático mundial chega a organizações lideradas por juventudes.

No mesmo intervalo analisado pelo estudo internacional, entre 2022 e 2024,

o Fundo Casa destinou R\$ 6.594.567,08 diretamente a iniciativas lideradas por juventudes

Quando convertido para dólar, esse montante representa aproximadamente US\$ 1,3 milhão, o que equivale a cerca de:

1,5% de todo o volume global identificado pelo levantamento do Youth Climate Justice Fund e da ClimateWorks Foundation

que estimou em US\$ 85,9 milhões o total de recursos mobilizados por grandes fundações ganha ainda mais relevância quando se considera que o valor global resulta da atuação conjunta de dezenas de grandes instituições filantrópicas, enquanto o aporte do Fundo Casa provém de um único fundo comunitário com atuação concentrada no Sul Global. A comparação evidencia a potência relativa do investimento realizado: mesmo operando em

escala menor, o Fundo Casa tem contribuído de forma significativa para ampliar o acesso direto de organizações juvenis a recursos, especialmente em territórios historicamente subfinanciados. Esse contraste evidencia que a democratização do acesso ao financiamento não ocorre por acaso. Ela depende de escolhas institucionais claras, de desenho metodológico coerente e de compromisso político com a redistribuição de recursos.

Nos últimos anos, o Fundo Casa também ampliou investimentos no fortalecimento institucional de organizações lideradas por jovens, com foco no desenvolvimento de capacidades de gestão, comunicação e incidência política. Ao reconhecer os obstáculos enfrentados por juventudes em contextos de vulnerabilidade territorial, a instituição reafirma seu compromisso com uma filantropia que rompe desigualdades históricas e aposta em soluções construídas a partir dos territórios.

É a partir dessa metodologia consolidada que a experiência específica da chamada voltada às juventudes deve ser compreendida. O que se apresenta a seguir não é uma ação isolada, mas o aprofundamento de um modelo institucional que vem sendo aprimorado ao longo de duas décadas.



Da Escuta à Implementação:

A Construção da Chamada para Juventudes



Escuta

8 de Dezembro de 2023
COP28 em Dubai

Os princípios apresentados no capítulo anterior não surgem apenas de formulações teóricas ou recomendações técnicas. Eles emergem de experiências concretas de escuta, diálogo e articulação com juventudes que atuam na linha de frente das lutas socioambientais.



Chamada

Abril de 2024

No centro dessa construção está um debate incontornável: o enfrentamento ao racismo ambiental. As mudanças climáticas não afetam todos os territórios da mesma forma. Comunidades periféricas, quilombolas, indígenas e povos tradicionais, que historicamente menos contribuíram para o agravamento da crise climática, são as que mais sofrem seus impactos. São também esses grupos que, há gerações, protegem biomas essenciais para o equilíbrio ambiental.



Seleção

Maio e junho
de 2024

Diante desse cenário, uma pergunta se impõe: esses saberes estão sendo considerados quando se decide o futuro desses territórios?



Execução

De outubro de 2024 a
outubro de 2025

As Conferências das Partes sobre Mudança do Clima representam os principais espaços globais de negociação sobre o tema. Apesar da presença crescente de juventudes nesses fóruns, ainda persistem desigualdades de representação e distanciamento entre sociedade civil e instâncias decisórias.



Fortalecimento

De outubro de 2024 a
outubro de 2025

Durante a 28ª Conferência das Partes, realizada em Dubai, esse cenário ficou evidente. No dia temático dedicado à juventude, o debate no pavilhão brasileiro foi limitado. Foi nesse contexto que o Fundo Casa convocou uma escuta com juventudes brasileiras presentes na conferência.



Conclusão

Final de 2025

No dia 8 de dezembro de 2023, cerca de 30 jovens, representando mais de 35 movimentos e organizações, participaram de uma roda de diálogo voltada exclusivamente ao financiamento climático. O objetivo era simples e direto: compreender por que o dinheiro não chega a quem está na linha de frente.

FUNDO CASA CONVIDA
PARA

CONVERSA COM A JUVENTUDE

DIA 8
ÀS 17H30
PAVILHÃO DO BRASIL

VAMOS FALAR DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO



As perguntas orientadoras foram:

- Quais são os principais obstáculos para que recursos climáticos cheguem às organizações juvenis?
- O que precisa mudar na estrutura dos editais?
- Que critérios devem ser considerados em uma chamada voltada às juventudes?

A escuta revelou um padrão recorrente. O financiamento raramente chega de forma direta às juventudes. Entraves burocráticos, exigências descoladas da realidade territorial e concentração geográfica de recursos limitam o acesso e aprofundam desigualdades.

As principais barreiras identificadas foram:

- Burocracia como barreira de entrada, especialmente para coletivos informais sem CNPJ.
- Insuficiência de recursos e modelos inflexíveis que não contemplam fortalecimento institucional.
- Centralização territorial, com concentração de investimentos no eixo Sul-Sudeste e invisibilização de biomas como Cerrado e Pantanal.

Esses achados dialogam diretamente com o diagnóstico apresentado nos capítulos anteriores. No entanto, a diferença fundamental está no método. Aqui, o ponto de partida não foi uma análise externa, mas a escuta direta de quem vive o problema.



A partir do processo de escuta realizado durante a COP28, em novembro de 2023, o Fundo Casa estruturou uma chamada inédita voltada exclusivamente para juventudes, lançada em abril de 2024. O desenho da iniciativa foi diretamente influenciado pelas demandas apresentadas pelas lideranças juvenis, especialmente em relação às dificuldades de acesso ao financiamento climático e à necessidade de fortalecer organizações de base em seus territórios. Como resposta, a chamada destinou R\$ 1,75 milhão para o apoio direto a 35 organizações e movimentos socioambientais liderados por jovens em todo o país. O edital foi organizado em quatro frentes estratégicas: fortalecimento institucional, incidência e trabalho em rede, comunicação comunitária e educação ambiental, que refletem os principais eixos apontados pelas juventudes como prioritários para

ampliar sua atuação no enfrentamento ao racismo ambiental e na construção de soluções climáticas justas. Assim, a iniciativa se consolida não apenas como um instrumento de repasse financeiro, mas como resultado de um processo participativo que conecta escuta, estratégia e ação territorial.

Outro elemento central do desenho da chamada foi o próprio processo de seleção dos projetos, que contou com a participação de uma banca avaliadora composta por jovens. A inclusão de juventudes nesse momento estratégico reforça a compreensão de que jovens não devem ocupar apenas o lugar de beneficiários, mas também de sujeitos ativos na tomada de decisão sobre os rumos do financiamento climático.



CHAMADA DE PROJETOS

Fortalecendo juventudes no enfrentamento ao racismo ambiental

INSCRIÇÕES ATÉ XX/XX

Fortalecimento de coletivos de comunicação, apoio institucionais, trabalho em rede + outras temáticas.

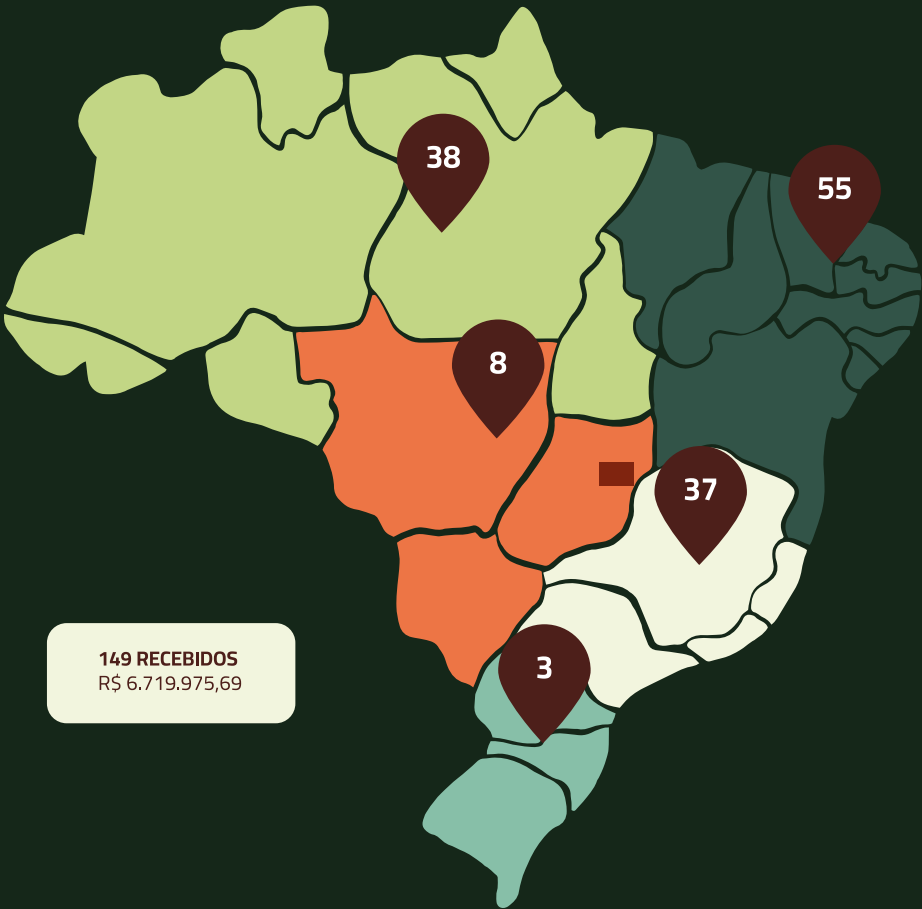
Área de abrangência:
Nacional

Ao integrar diferentes perspectivas territoriais e experiências concretas de atuação, a banca contribuiu para um processo de avaliação mais sensível às realidades locais e às dinâmicas próprias das iniciativas de base. Essa escolha metodológica fortalece o compromisso do Fundo Casa com uma filantropia participativa, que reconhece as juventudes como parceiras na construção de critérios, prioridades e caminhos de apoio, e não apenas como público atendido.

NOME DA ORGANIZAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO
Associação Cultural e Agrícola dos Jovens Ambientalistas da Paraíba	Transformando Realidades: Juventude do Agreste e Curimataú Paraibano Cuidando da Biodiversidade
Associação Tururukari-Uka Dos Índios Kambeba	Usuraseta: Rede pela Comunicação, o Protagonismo e a Autonomia da Juventude Indígenas do Amazonas
Rede Jovem da Reserva da Biosfera da Caatinga (Programa MaB/UNESCO)	Coopera Flora Azul
Coletivo de Mídia Independente e Popular Sargento Perifa	LAB PERIFA
Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso	Fortalecendo a Juventude Indígena de RO, Sul do AM e Noroeste do MT na Luta Contra as Emergências Climáticas
Associação de Jovens Araucária – AJA	III Acampamento Estadual da Juventude do Campo e da Cidade
Juventude Indígena Conectada – JIC	Povos Indígenas do Ceará: Comunicar para viver, resistir para existir.
Favela Jovem	Semeando Visões
CPP Juventude MG	Intercâmbio entre as Juventudes Pesqueiras: Comunicando suas Percepções sobre a Mudanças Climáticas e o Racismo Ambiental Sobre Seus Coletivos e Espaços Tradicionais.
Articulação Jovem Anacé	KAETEMÃ: Estratégias de Enfrentamento ao Racismo Ambiental na Reserva Indígena Taba dos Anacé.
Coletivo Regional da Juventude do Movimento dos Pequenos e Pequenas Agricultoras do Estado de Sergipe	Jovens Guardiões e Guardiãs da Mata Atlântica
Coletivo Utopia Negra Amapaense	IBEJIS: Juventude Quilombola Conectando Saberes Comunitários na Luta Contra o Racismo Ambiental
Rede Minha Jampa	Observatório Municipal do Clima
Cicloglog	Ciclo Ambiental Rádio Favela
Movimenta Caxias	Periferias em Ação: Educação Climática para Incidência Territorial

NOME DA ORGANIZAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO
SANKOFA	Tecendo Sementes – 1º Círculo de Formações
Coletivo de Comunicadores da Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais	Regando a Raiz e Colhendo Frutos – Sustentabilidade do Coletivo de Jovens Comunicadores da Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais
Coalizão O Clima é de Mudança	RJ Não é Disney: Plano de Adaptação Climática Já
Muxirum Jovem	Muxirum Jovem
Fórum de Juventudes do Cabo (FOJUCA)	Jovens Unidos por um Cabo Melhor: Construindo a Justiça Climática
Associação de Estudos Socioambientais e Comunicação Raízes do Baixo Amazonas	Jovens Semeadores da Resistência no Território
Coletivo Varadouro	Raízes da Resistência: Jovens Extrativistas em Ação
Mãos Solidárias/RN	Comunicação Popular para Transformar
Juventude Terrazul	Esperança num Mundo Melhor: Juventudes do Subúrbio Carioca no Combate ao Racismo Estrutural
Coletivo Maranhense da Rede Brasileira de Jovens pela Biodiversidade	Fortalecendo Capacidades das Juventudes da Amazônia e do Cerrado rumo à COP16 de Biodiversidade
Coletivo Encrespades	Encrespando o Clima: Educação Ambiental para Crianças e Adolescentes da Ilha do Bororé
Instituto Águas Resilientes	Jovens Embaixadores pela Água
Juventude do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanas em Pernambuco – MPP	Juventude Pesqueira, do Litoral ao Sertão Promovendo Comunicação sobre Impactos Climáticos e o Racismo Ambiental
UPILTTA	Juventude Revolucionária na RDS do Tupé
Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Recife	Circuito Jovens Climáticos: Um olhar sobre o Racismo Ambiental na Região Metropolitana do Recife.
Central de SLAM – Coletivo de Produção Independente e Campeonato de Poesia Estadual do Acre	Sementes em Versos: Poesias para a Justiça Climática
Associação Quilombola de Produtores Agroecológico do Angelim II	Jovens Quilombolas em Ação Contra o Racismo Ambiental
Projeto Iretí	Juventude Viva: Participação Social na Promoção de Soluções de Combate ao Racismo Ambiental e Mudanças Climáticas
Na Cuia	Programa de formação do comitê de comunicadores populares das periferias de Belém — A importância da participação popular no enfrentamento ao racismo ambiental
Rede de Jovens da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Projeto Guardiões da Biosfera: Promovendo a sensibilização e Educação Ambiental para o enfrentamento do racismo ambiental em escolas públicas nos territórios de Mata Atlântica.

Gráfico 03: Demanda Recebida e Apoiada na Chamada Juventude e justiça climática



A análise regional das propostas recebidas e apoiadas evidencia o alcance nacional da chamada e revela padrões importantes sobre o acesso ao financiamento por parte das juventudes. Ao todo, foram submetidas 149 propostas, das quais 35 receberam apoio, indicando uma demanda expressiva e uma concorrência significativa entre iniciativas de diferentes territórios.

O Nordeste concentrou o maior número de submissões, com 55 propostas, das quais 16 foram apoiadas (29,1%), demonstrando forte mobilização de organizações juvenis diante dos desafios socioambientais da região. O Norte aparece em seguida, com 38 propostas e 9 apoiadas (23,7%), reafirmando o protagonismo de territórios amazônicos e de comunidades tradicionais nas agendas de justiça climática.

O Sudeste apresentou volumes semelhantes ao do Norte de participação, com 37 propostas e 8 projetos apoiados (21,6%). No Centro-Oeste, foram enviados 8 projetos e apoiado 1 (12,5%), já o Sul, registrou menor volume de submissões, com 3 propostas e 1 projeto apoiado (33,3%), o que evidencia diferenças territoriais no acesso e na mobilização em torno da chamada.

Esse panorama reforça que a proposta alcançou organizações em todo o país e mobilizou um conjunto diverso de juventudes periféricas e de comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que revela a alta demanda por financiamento climático direto e acessível nos territórios.



Gráfico 04 e 05: Perfil das organizações e projetos Recebidos na Chamada

REGULARIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

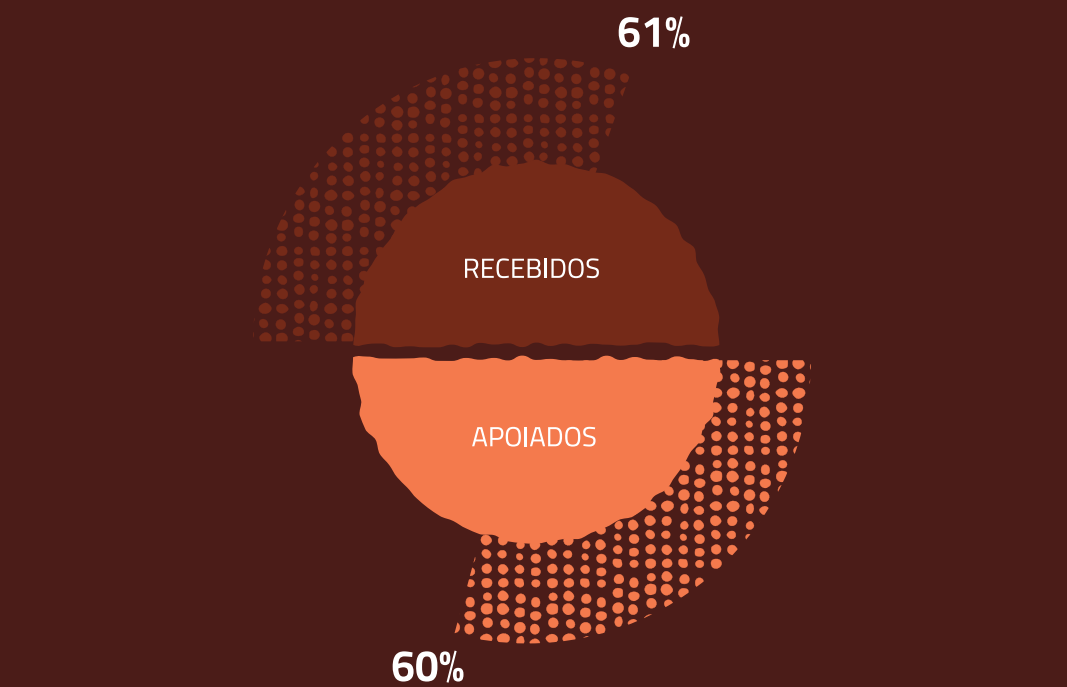
PROJETOS RECEBIDOS



PROJETOS APOIADOS



ATUAÇÃO LOCAL OU TERRITORIAL



RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO

PROJETOS RECEBIDOS



RESPONSÁVEL PELO PROJETO

PROJETOS APOIADOS



Fortalecimento de capacidades e aprendizagem coletiva

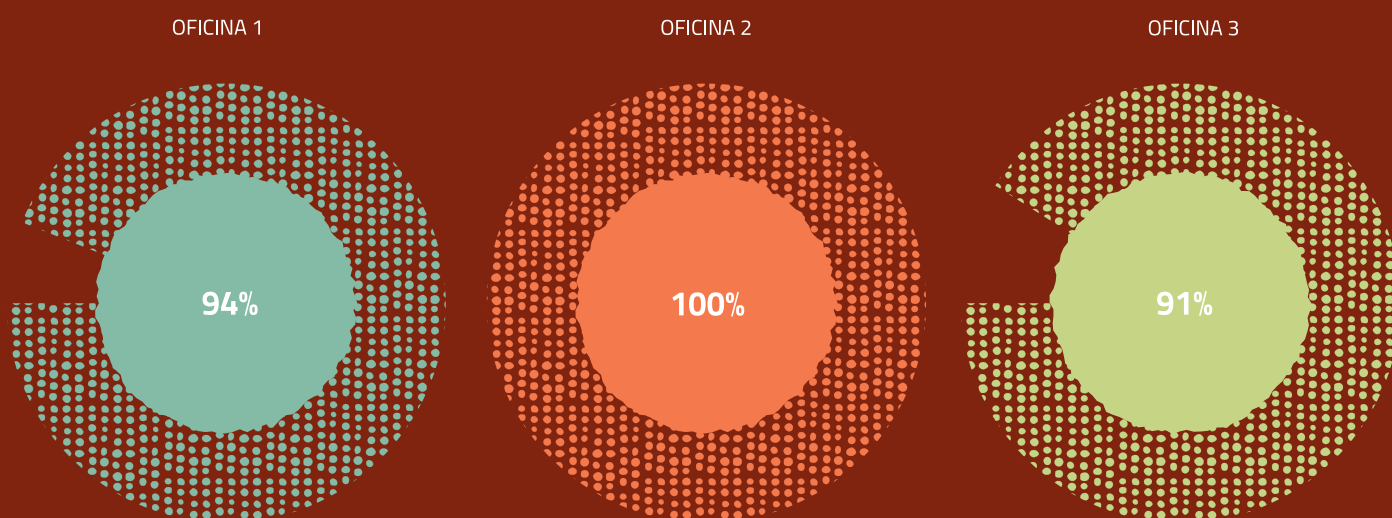
Para além do apoio financeiro, o fortalecimento de capacidades tem sido um dos pilares mais consistentes da atuação do Fundo Casa Socioambiental. Esse compromisso se expressa por meio de um programa contínuo de formação voltado a ampliar o preparo técnico, institucional e estratégico das organizações apoiadas, com foco na autonomia, na sustentabilidade e na gestão qualificada dos recursos.

Desde 2020, impulsionado pelos desafios impostos pela pandemia, esse processo passou a ocorrer majoritariamente em formato virtual, o que ampliou o número de participantes e permitiu que o conteúdo das oficinas alcançasse outras lideranças e organizações nos territórios, favorecendo a circulação de saberes e a multiplicação do aprendizado.

A jornada formativa tem início com um encontro de boas-vindas que vai além das apresentações institucionais. É um momento de conexão entre os projetos e de compartilhamento de orientações fundamentais sobre o uso dos recursos, prazos, prestação de contas e documentação. A apresentação de materiais como o Manual do Apoiador, o Código de Conduta e os modelos de relatório estabelece desde o início uma base comum de organização, transparência e cuidado na execução dos projetos.



Gráfico 6: Fortalecimento de capacidades Recebidos na Chamada



Na sequência, as formações se aprofundam em temas centrais para a consolidação das organizações. Um dos momentos mais valorizados pelos grupos é o módulo voltado à gestão financeira, conduzido em parceria com organizações especializadas. Nessa etapa, são trabalhados aspectos práticos como planejamento orçamentário, fluxo de pagamentos, contratação de serviços e organização documental, oferecendo ferramentas acessíveis para uma execução segura e alinhada às exigências dos financiadores, o que permite a essas associações acessarem outras fontes de financiamento.

O fortalecimento institucional segue com uma oficina dedicada à regularização administrativa e jurídica das organizações. São discutidas estratégias para atualização de estatutos, emissão de certidões, elaboração de contratos e aspectos de governança e transparência. Esse conteúdo se mostra especialmente relevante para grupos em processo de formalização ou que desejam acessar novos editais, evidenciando como a estrutura institucional está diretamente relacionada à ampliação de oportunidades.

Mais do que um conjunto de oficinas, o Programa de Fortalecimento de Capacidades acompanha os projetos ao longo de sua implementação, criando condições para que as juventudes e suas organizações desenvolvessem maior segurança na gestão, ampliem suas estratégias de atuação e fortaleçam sua presença nos territórios. Nesse sentido, o financiamento deixa de ser apenas transferência de recursos e passa a atuar como uma ferramenta de desenvolvimento institucional e político.



Onde o Financiamento Chega, a Mudança Acontece

Para além da estrutura do edital e dos processos de fortalecimento institucional, os impactos do apoio tornam-se visíveis nas trajetórias das organizações selecionadas na chamada de juventude. São experiências que revelam como o acesso a recursos, quando combinado com escuta, formação e articulação em rede, pode gerar transformações concretas nos territórios. Os relatos a seguir apresentam alguns dos resultados alcançados por esses projetos, evidenciando como o financiamento, quando desenhado a partir das realidades juvenis, se converte em ação, mobilização e incidência.

Coopera Flora Azul — Curaçá (BA)

O projeto Coopera Flora Azul ampliou seu impacto para além das ações inicialmente previstas. Em parceria com a Prefeitura de Curaçá e a Secretaria de Educação, a iniciativa passou a integrar escolas municipais, inserindo a biodiversidade da Caatinga nos conteúdos pedagógicos e fortalecendo a conscientização ambiental entre estudantes e educadores.

A articulação com a Blue Sky Caatinga impulsionou novas ações de preservação e educação comunitária, enquanto a participação no Programa Homem e Biosfera (MAB), da UNESCO Brasil e UNESCO Paris, resultou na produção de um vídeo institucional sobre a Reserva da Biosfera da Caatinga. O material ganhou ampla circulação nas redes sociais e chegou à televisão local.

Mais do que executar um projeto, o coletivo consolidou-se como referência regional em educação ambiental e valorização da Caatinga.

Coletivo Jovem — Recife (PE)

Durante as oficinas realizadas em Recife, muitos jovens relataram que nunca haviam participado de uma discussão sobre a relação entre impactos ambientais e racismo em sua comunidade.

A partir desse debate, identificaram a ausência de áreas verdes no entorno da escola e propuseram coletivamente a criação de uma horta comunitária. A mobilização envolveu estudantes, professores, famílias e lideranças locais.

O que começou como reflexão crítica transformou-se em ação concreta. O projeto fortaleceu a consciência ambiental, ampliou o diálogo sobre justiça social e consolidou uma rede de jovens ambientalistas no território.

Ciclolog — São Paulo (SP)

Na zona leste de São Paulo, o apoio viabilizou a ampliação da Ciclo Ambiental Rádio Favela, fortalecendo a comunicação comunitária e gerando renda para mulheres periféricas envolvidas no projeto.

A iniciativa disseminou informações sobre crise climática e racismo ambiental, construiu pontes com coletivos de outras periferias e ampliou sua visibilidade nacional. Como desdobramento do processo formativo, o grupo desenvolveu um jogo de tabuleiro sobre racismo ambiental, ferramenta pedagógica que passou a circular em diferentes territórios.

A visibilidade conquistada possibilitou a participação de integrantes na COP30, em Belém, ampliando a incidência política do coletivo.



Leitura Estrutural das Demandas (2020–2025)

Entre 2020 e 2025, o Fundo Casa Socioambiental recebeu propostas provenientes de diferentes regiões, biomas e contextos territoriais do Brasil. Esse conjunto de demandas revela a vitalidade da mobilização socioambiental no país e a crescente atuação de juventudes, mulheres, povos indígenas, comunidades quilombolas e coletivos periféricos na construção de soluções locais.

O período analisado permite observar tendências importantes sobre a evolução da demanda, a distribuição territorial dos projetos, o perfil das organizações proponentes e os padrões de aprovação. Mais do que números isolados, os dados ajudam a compreender como o financiamento climático tem circulado e quais desafios ainda persistem para torná-lo mais acessível e descentralizado.

Nos blocos a seguir, apresentamos uma leitura estruturada desses indicadores, organizados por escala da demanda, distribuição territorial, perfil das juventudes e principais desafios enfrentados.



A Escala da Demanda e o Alcance do Apoio

Tabela 1: Demanda Recebida e apoiada pelo Fundo Casa Socioambiental de 2020 a 2025, das organizações de juventudes.

ANO	DEMANDA DE RECURSO DEFINIDA	MONTANTE APOIADO	% APOIADO POR ANO
2020	R\$ 2.447.899,23	R\$ 816.792,75	33%
2021	R\$ 1.899.081,39	R\$ 970.937,00	51%
2022	R\$ 1.572.397,64	R\$ 812.629,21	52%
2023	R\$ 3.941.509,34	R\$ 1.516.971,60	38%
2024	R\$ 10.467.129,42	R\$ 4.483.091,46	43%
2025	R\$ 14.906.218,23	R\$ 2.128.168,08	14%
TOTAL	R\$ 35.234.235,25	R\$ 10.728.590,10	30%

Os dados referentes ao período de 2020 a 2025 evidenciam mudanças significativas no volume de propostas submetidas ao Fundo Casa e na capacidade de apoio realizada a cada ano. Ao longo desses seis anos, foram recebidos 664 projetos, dos quais 218 foram apoiados, revelando tanto a vitalidade da mobilização territorial quanto os limites estruturais do financiamento disponível.

Entre 2020 e 2022, observa-se um ciclo de relativa estabilidade. O número de propostas recebidas variou de 68 para 47 projetos, enquanto os apoios oscilaram entre 28 e 21 iniciativas. No campo financeiro, a demanda anual situou-se entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 2,4 milhões, com a taxa de atendimento atingindo seu ponto mais alto em 2022, quando 52% da demanda solicitada pôde ser atendida.

A partir de 2023, no entanto, há uma inflexão clara. O volume de propostas cresce de maneira acelerada, culminando em 2024 com o maior pico da série analisada: 215 projetos recebidos e 86 apoiados. Esse salto está diretamente relacionado à chamada voltada às juventudes, que ampliou a mobilização territorial e atraiu novas organizações para o processo seletivo. O crescimento expressivo da demanda demonstra a potência organizativa das juventudes e o interesse crescente em acessar recursos para enfrentar injustiças socioambientais em seus territórios.

Gráfico 7: Propostas enviadas e apoiadas

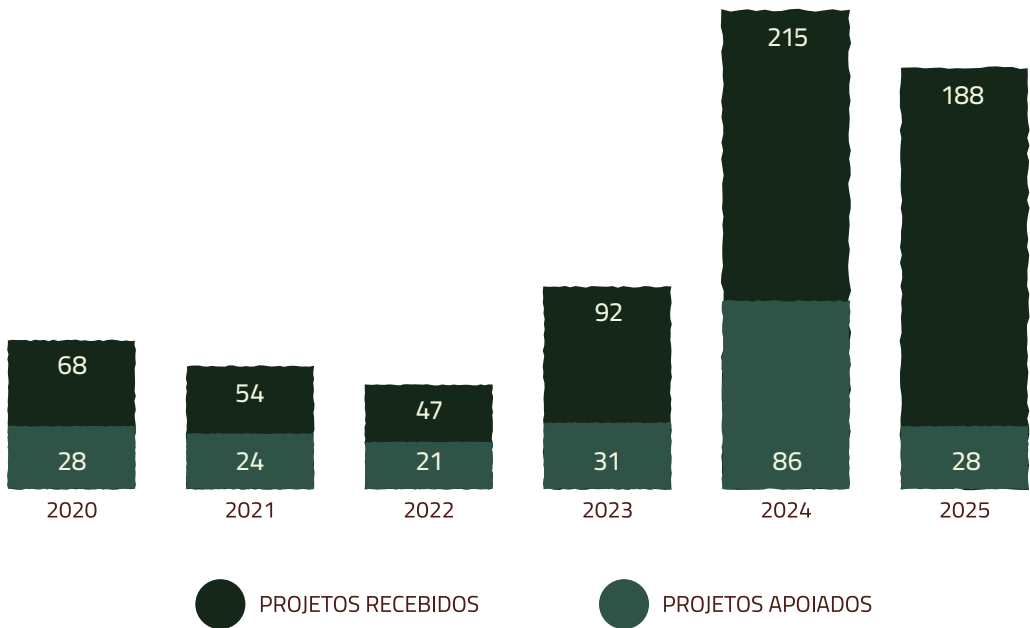
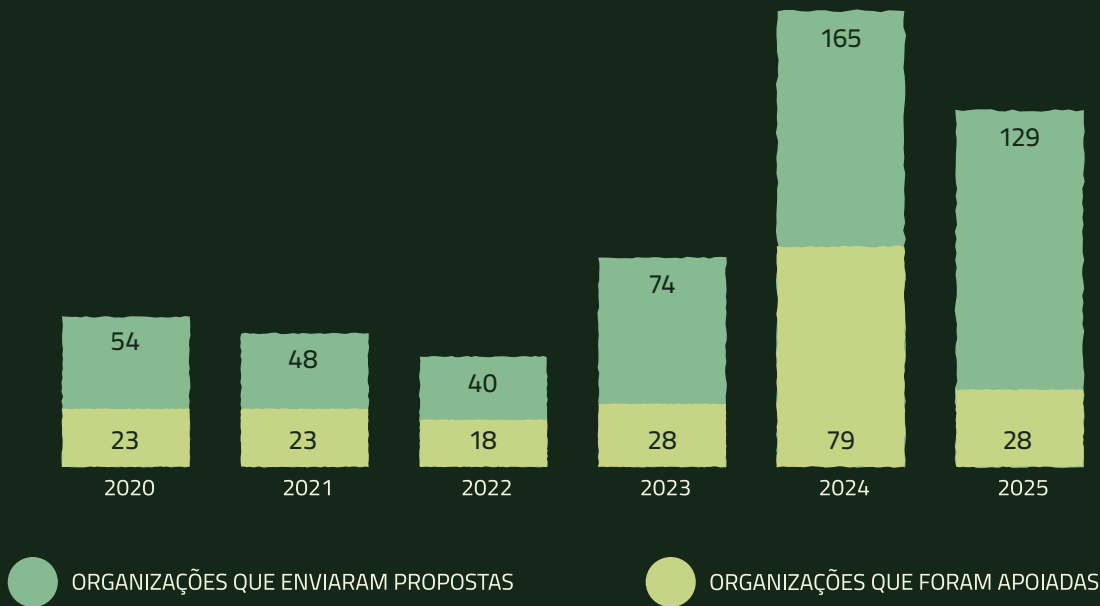


Gráfico 8: Total de organizações que acessaram recursos



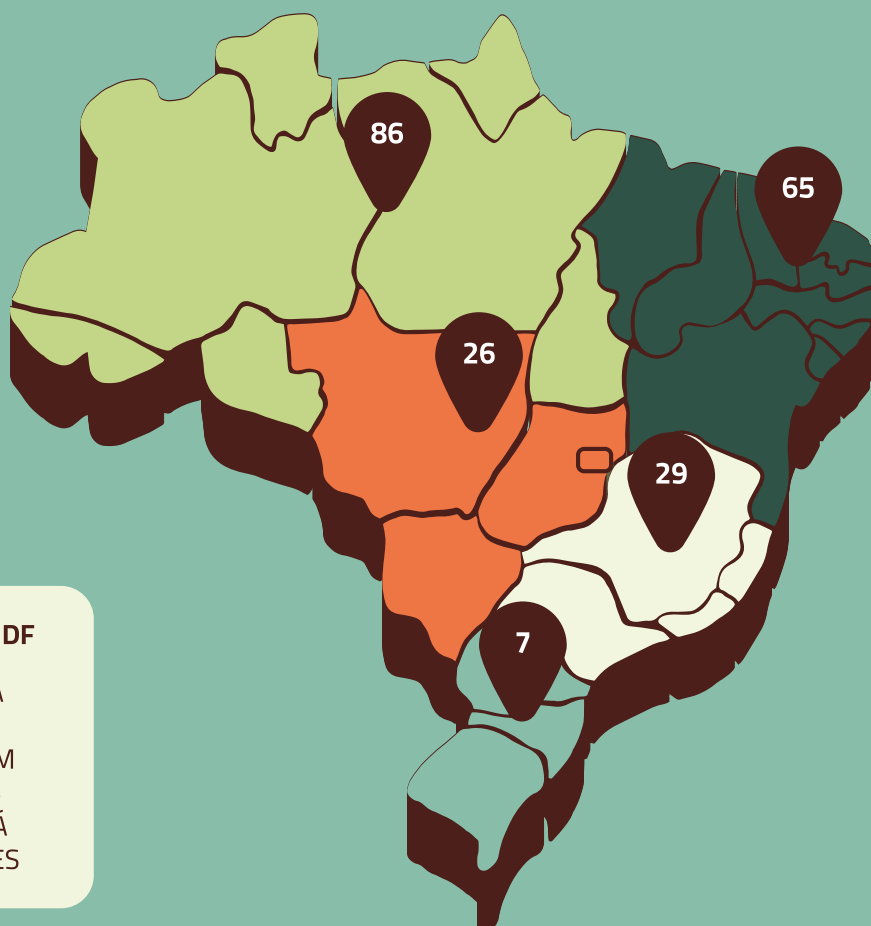
No campo financeiro, a expansão é ainda mais evidente. A demanda anual ultrapassa R\$ 10 milhões em 2024 e atinge quase R\$ 15 milhões em 2025, o maior volume já registrado. Apesar do aumento no montante investido, especialmente em 2024, a capacidade de resposta não acompanha proporcionalmente o crescimento das solicitações. Em 2025, apenas 14% do valor demandado pôde ser apoiado, evidenciando o descompasso entre a intensidade da mobilização e os recursos disponíveis.

Ao todo, entre 2020 e 2025, mais de R\$ 35 milhões foram demandados pelas organizações, enquanto aproximadamente R\$ 10,5 milhões puderam ser efetivamente destinados às iniciativas selecionadas.

Essa diferença revela a pressão estrutural que recai sobre o financiamento climático voltado às juventudes e às organizações de base.

Esses números apontam para dois movimentos simultâneos e complementares: de um lado, a ampliação do protagonismo das juventudes, mulheres, povos indígenas, comunidades quilombolas e coletivos periféricos; de outro, a necessidade urgente de fortalecer mecanismos de financiamento que acompanhem essa expansão, garantindo maior previsibilidade, escala e sustentabilidade às iniciativas que já demonstram capacidade concreta de transformação territorial.

Território e Biomas: onde estão as juventudes mobilizadas



23 ESTADOS + DF

NORTE LIDERA
PROJETOS
APOIADOS COM
86 INICIATIVAS
TENDO O PARÁ
COM 36 DESTES

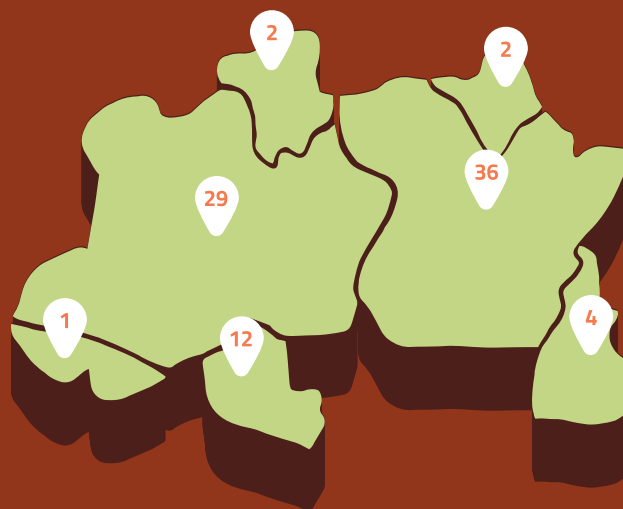
A análise territorial das propostas recebidas entre 2020 e 2025 revela a amplitude geográfica da mobilização juvenil e a diversidade de contextos socioambientais envolvidos. As iniciativas apoiadas pelo Fundo Casa alcançam todas as regiões do país, com presença expressiva em estados da Amazônia Legal e do Nordeste, além de forte atuação na Mata Atlântica e no Cerrado.

Região Norte

A Região Norte concentra o maior número de iniciativas apoiadas no período, com forte destaque para o Pará (36 projetos), Amazonas (29) e Rondônia (12). A expressiva presença da região confirma a centralidade da Amazônia nas agendas socioambientais e climáticas e evidencia o grau de articulação das organizações locais.

A concentração de projetos no Norte também dialoga com a priorização histórica da Amazônia nas agendas climáticas internacionais. Ainda assim, o protagonismo regional não se explica apenas pelo interesse externo, mas pela capacidade organizativa das juventudes e coletivos que atuam diretamente nos territórios amazônicos.

A região se consolida como o principal polo de iniciativas apoiadas em números absolutos, reforçando seu papel estratégico na agenda de justiça climática.



Região Nordeste

A Região Nordeste apresenta ampla distribuição territorial, com iniciativas apoiadas em praticamente todos os estados. Bahia (19), Pernambuco (13) e Maranhão (12) concentram os maiores números.

A presença expressiva no Nordeste demonstra a consolidação de redes juvenis atuando em contextos marcados por desigualdades socioambientais históricas, como escassez hídrica, racismo ambiental e vulnerabilidade urbana.

A diversidade de estados contemplados indica capilaridade territorial e fortalecimento progressivo da mobilização socioambiental na região.



Região Sudeste

No Sudeste, os projetos apoiados concentram-se principalmente no Rio de Janeiro (14), São Paulo (8) e Minas Gerais (6). A região apresenta forte presença de iniciativas urbanas e periféricas, especialmente vinculadas à Mata Atlântica e a contextos metropolitanos.

Apesar de ser uma das regiões economicamente mais desenvolvidas do país, o Sudeste aparece com menor concentração proporcional de apoios quando comparado ao Norte e ao Nordeste, refletindo a priorização histórica de territórios considerados estratégicos para a conservação ambiental e a justiça climática.

Ainda assim, a presença regional reforça a diversidade de contextos em que as juventudes atuam, do urbano periférico ao rural.



Região Centro-Oeste

No Centro-Oeste, o Mato Grosso (17) se destaca como principal território de atuação, seguido pelo Distrito Federal (7) e Goiás (2). A região apresenta forte conexão com o bioma Cerrado e com dinâmicas de disputa territorial relacionadas ao agronegócio e ao desmatamento.

A presença no Distrito Federal revela também iniciativas voltadas à incidência política em nível nacional, ampliando o alcance estratégico das ações apoiadas.

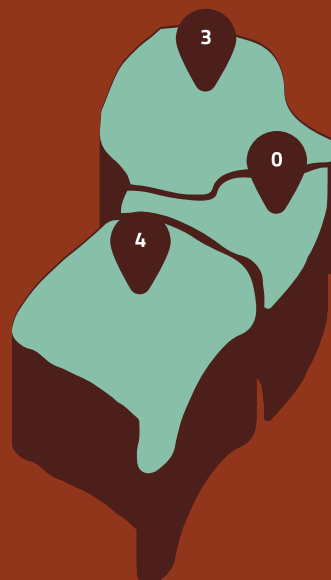
Embora com menor número absoluto de iniciativas em comparação ao Norte e Nordeste, o Centro-Oeste apresenta relevância territorial e política significativa.



Região Sul

A Região Sul apresenta menor número absoluto de iniciativas apoiadas, com destaque para o Rio Grande do Sul (4) e Paraná (3). Santa Catarina não registra projetos apoiados diretamente no território, embora haja iniciativas vinculadas à incidência nacional.

A presença, ainda que mais reduzida, demonstra que a mobilização juvenil socioambiental também se manifesta no bioma Pampa e em territórios do Sul do país. O menor volume pode estar relacionado à menor adesão histórica a editais socioambientais com foco territorial na região.

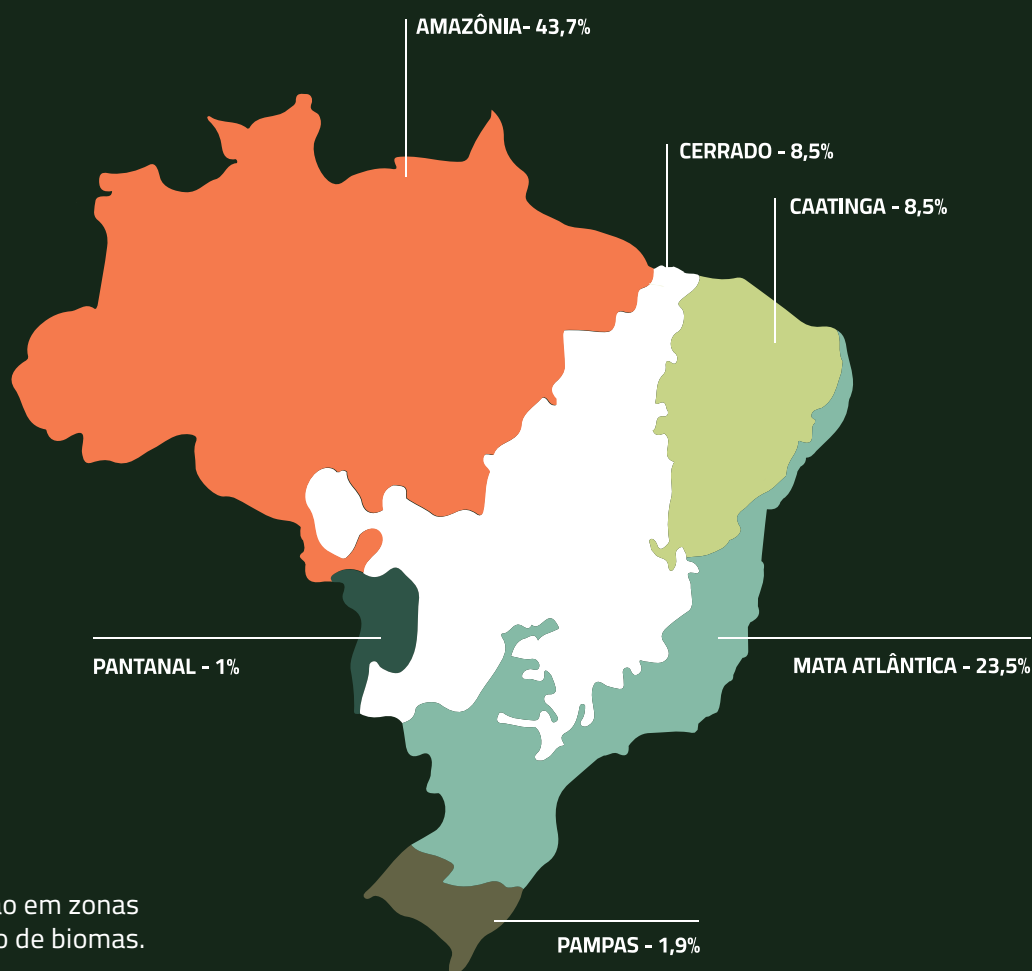


A dimensão dos biomas

A análise por bioma revela a centralidade da Amazônia na mobilização juvenil, concentrando 43,7% das iniciativas apoiadas no período analisado. Em seguida, a Mata Atlântica representa 23,5% dos projetos, evidenciando forte presença de coletivos em contextos urbanos e periurbanos.

Cerrado e Caatinga aparecem com 8,5% cada, indicando crescente mobilização em territórios historicamente subfinanciados nas agendas climáticas globais. Pampa (1,9%) e Pantanal (0,5%) também registram presença, ainda que em menor escala.

Um dado especialmente relevante é que 13,4% das iniciativas atuam em zonas de transição entre biomas como Amazônia/Cerrado e Mata Atlântica/Caatinga. Essa presença reforça a complexidade territorial das ações juvenis, muitas vezes situadas em áreas de sobreposição ecológica e intensa pressão socioambiental.



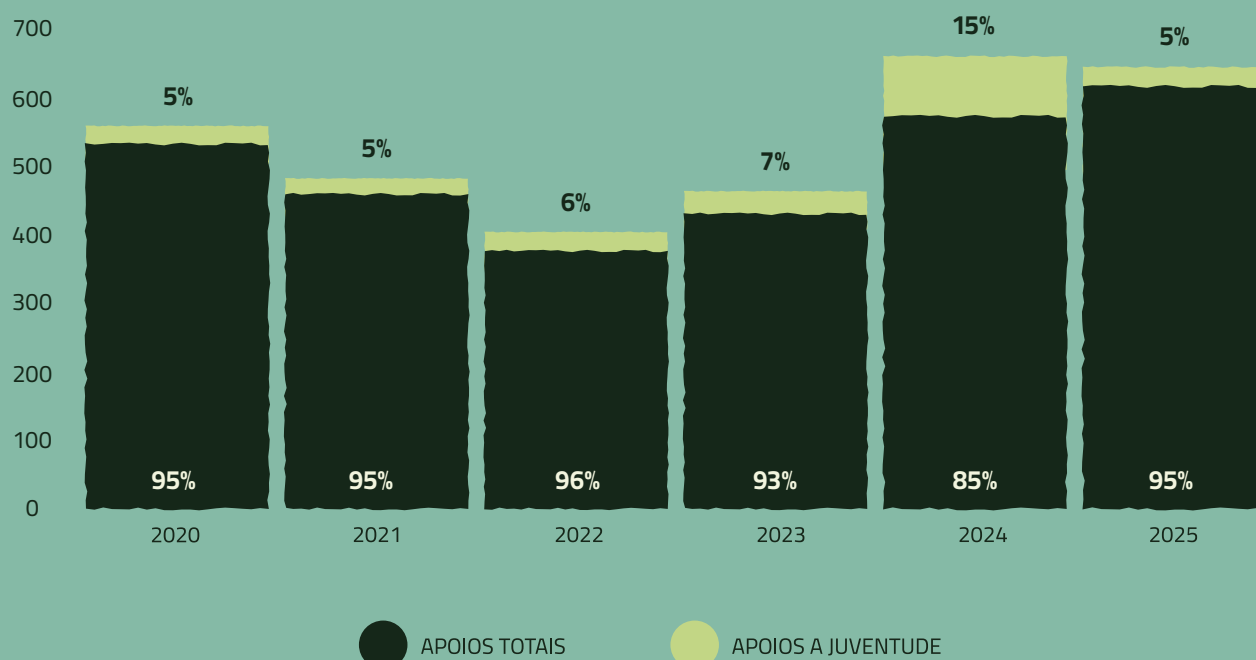
Quem São as Juventudes Apoiadas

Os dados evidenciam que as juventudes não ocupam um espaço periférico na estratégia de apoio do Fundo Casa. Mesmo sem chamadas exclusivas em todos os anos, organizações lideradas por jovens representaram parcela expressiva das iniciativas apoiadas no período analisado.

Esse resultado contrasta com o cenário global do financiamento climático, em que apenas 0,76% dos recursos chegam a organizações lideradas por juventudes, e demonstra que modelos de filantropia comunitária e territorializada são capazes de alterar estruturalmente esse padrão de exclusão.

Mais do que presença numérica, os dados revelam diversidade territorial, organizativa e identitária, evidenciando que as juventudes apoiadas atuam em múltiplos contextos socioambientais.

Gráfico 09: Percentual dos apoios totais doados pelo Fundo Casa que foram para Juventudes



As organizações lideradas por jovens entre 18 e 29 anos representaram uma parcela significativa dos projetos apoiados no período 2020–2025. Ainda que nem todas as chamadas tenham sido exclusivamente voltadas à juventude, o percentual de apoio a lideranças jovens se manteve elevado, superando amplamente a média global de financiamento climático direcionado a esse público.

Esse dado indica que o protagonismo juvenil não é episódico ou restrito a uma chamada específica, mas integra a lógica estrutural da estratégia institucional.

Esses dados evidenciam que o protagonismo juvenil está fortemente enraizado em territórios tradicionais e em contextos de disputa socioambiental. Não se trata apenas de juventudes urbanas organizadas, mas de jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores que articulam saberes ancestrais e ação climática contemporânea.

A forte presença indígena (38%) reforça a centralidade da defesa territorial e dos direitos coletivos na agenda juvenil apoiada.



Gráfico 10: Perfil do público apoiado

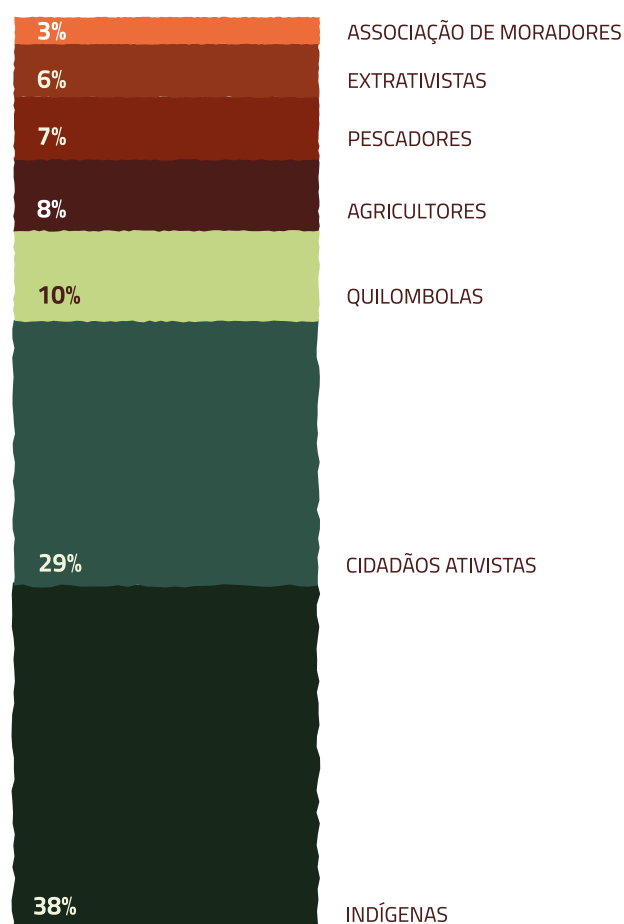
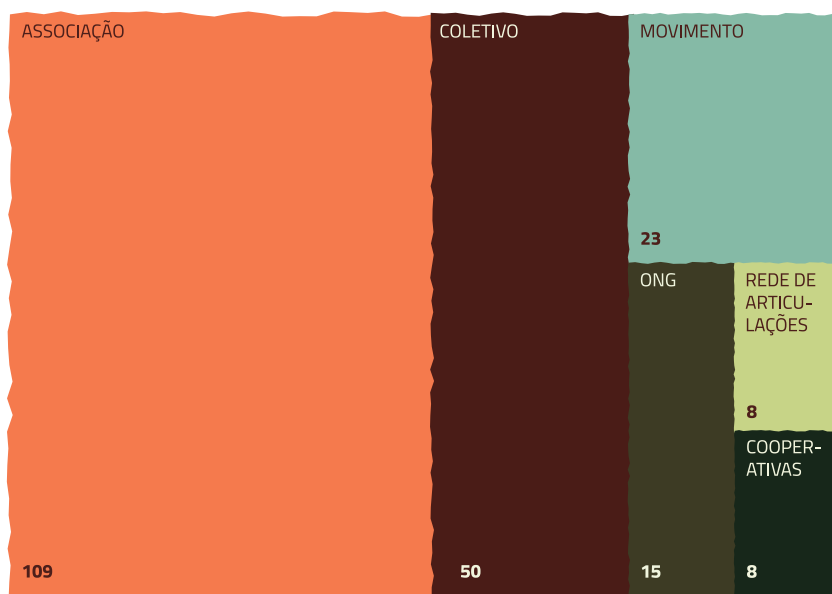
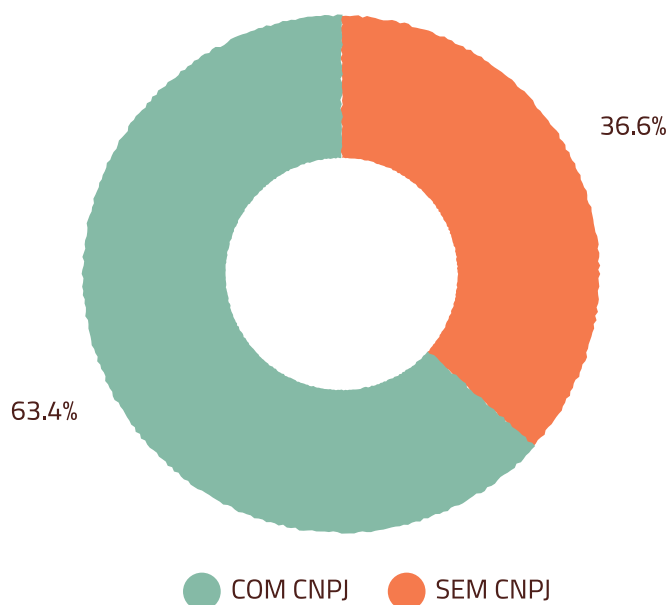


Gráfico 11 e 12: Regularização das organizações (com e sem CNPJ) / Tipos de organizações apoiadas



Esse cenário demonstra que o apoio alcança tanto organizações formalizadas quanto coletivos autônomos, evidenciando a flexibilidade metodológica do Fundo Casa. A presença significativa de grupos sem CNPJ confirma a importância de mecanismos adaptados à realidade organizativa das juventudes.

Gráfico 13: Abrangência de atuação

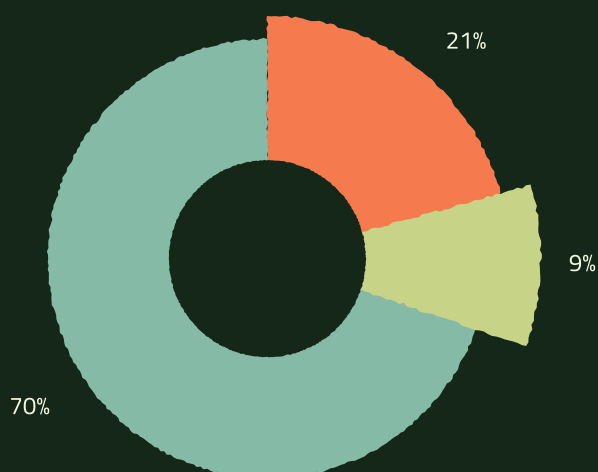
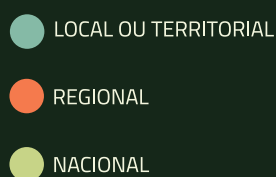


Gráfico 14: Distribuição por ambiente



A maior parte das iniciativas apoiadas atua em contextos rurais (70%), enquanto 26% desenvolvem suas ações em territórios urbanos e 4% não se enquadram nessa classificação.

O dado revela que o protagonismo juvenil está fortemente vinculado a territórios onde os impactos climáticos incidem diretamente sobre modos de vida, produção de alimentos e defesa dos bens comuns. Ao mesmo tempo, a presença urbana evidencia a articulação entre clima, racismo ambiental e desigualdades nas periferias.

Essa distribuição demonstra que a atuação juvenil atravessa múltiplas realidades territoriais, conectando justiça climática e transformação social a partir dos contextos locais.

Histórias que materializam

Os dados apresentados nos capítulos anteriores ajudam a compreender a escala da mobilização, os perfis das juventudes apoiadas e os desafios estruturais do financiamento climático. No entanto, nenhuma análise estatística é capaz de traduzir, por si só, a dimensão concreta das transformações vividas nos territórios.

As histórias a seguir são narrativas escritas pelas próprias comunidades apoiadas. Ao manter sua autoria, reconhecemos as juventudes como produtoras de conhecimento, memória e estratégia política.

Mais do que relatos de execução de projetos, esses textos revelam trajetórias coletivas, aprendizados, desafios e conquistas que emergem quando o financiamento chega de forma acessível, combinando recursos, formação e confiança. São experiências que demonstram, na prática, como soluções climáticas justas se constroem a partir dos territórios.

O Clima é de Quebrada, um projeto do Instituto perifa Sustentável sobre educação Climática - por Amanda Costa



Na vida, tudo começa como um sonho.

Foi assim com a criação do Instituto Perifa Sustentável e está sendo assim com o desenvolvimento de cada projeto. São várias etapas, desde a aprovação, planejamento, implementação e o monitoramento das ações, que nascem com a vontade de democratizar a pauta climática nas periferias, comunidades vulnerabilizadas e favelas.

O #ClimaDeQuebrada nasceu desse jeitinho, a partir do edital *Mulheres Liderando a Ação Climática*, do Fundo Casa Socioambiental. Logo que tivemos conhecimento sobre essa chamada, sentamos juntos, em equipe e pensamos: **"como podemos fortalecer a pauta climática no nosso território?"**

Depois de longas conversas, reflexões e ideias, ficou nítido para a equipe que gostaríamos de trabalhar com educação ambiental nas escolas. Desse modo, o projeto #ClimaDeQuebrada ganhou vida, tendo o

objetivo de apoiar a formação de jovens estudantes e educadores sobre as interseções entre racismo ambiental e mudanças climáticas, com o intuito de fortalecer o engajamento de agentes de transformação positiva nas comunidades marginalizadas.

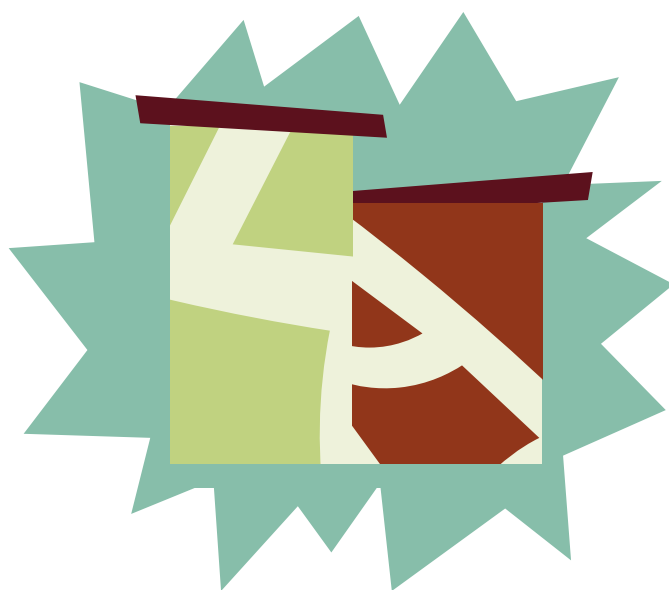
Ufa, deu até para sentir a ousadia, né? Pois bem, essa foi a ideia central do nosso projeto. Já a nossa teoria da mudança foi sintetizada na seguinte frase:

"Transformar jovens em protagonistas de sua atuação cidadã frente à crise climática que vivemos, para que sejam vozes ativas na reivindicação de seus direitos e do seu território e promovam impactos positivos em suas comunidades."



De forma prática, nosso objetivo era formar 200 alunos e 50 professores de escola pública. Para isso, fizemos uma parceria com a DRE - Diretoria Regional de Educação, que nos conectou com a diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Teotonio Vilela SEN, no CEU Paz. Esse é um dos principais espaços de cultura, lazer e educação, localizado no bairro do Jardim Paraná, distrito da Brasilândia, na zona norte de São Paulo.

Para iniciar os trabalhos, fizemos uma ementa lindona, trazendo todo o conteúdo do curso ancorado no Currículo da Cidade de São Paulo, incorporando Educação Ambiental e Educação Antirracista, dialogando com a Matriz de Saberes e os Objetivos de Desenvolvimento



Sustentável da ONU. Deu um trabalhão, confesso. Mas, ao final, conseguimos incorporar bases teóricas e metodológicas para uma abordagem de educação ambiental e climática antirracista com foco na reflexão e ação.

Nosso projeto contou com quatro aulas para os participantes, sendo elas:

- **Mudanças Climáticas e Racismo Ambiental**
- **Educomunicação e Saberes do Território**
- **Protagonismo Juvenil e Formas de Participação e**
- **Intervenção Comunitária na Brasilândia**

E contamos com apoio, viu? O grêmio da escola fechou juntinho conosco e nos deu várias ideias de mobilização dos estudantes, como falas na rádio da escola, distribuição de panfletos, realização de atividades junto aos professores de ciências, história e geografia, construção de uma horta comunitária no pátio e trazer a pauta climática na próxima edição do jornal do CEU Paz.



Foi massa demais ver os estudantes sonhando alto, querendo construir uma PERIFA SUSTENTÁVEL!

Após a aplicação de todas as aulas, fechamos o projeto com uma ação no território. Junto com alguns estudantes e professores, realizamos um mutirão para limpar a rua em frente à escola, tiramos o lixo, lavamos as calçadas, grafitamos o muro e distribuímos esperança, alegria e justiça climática!

A real é que queremos construir novos horizontes, fomentar o exercício cidadão na juventude e estimular o pensamento crítico sobre o nosso território. A partir dos temas de racismo ambiental e mudanças climáticas, promovemos ferramentas de educomunicação, práticas de participação juvenil e desenvolvimento de projetos territoriais, tendo como público-alvo a nossa comunidade: pessoas negras e periféricas, os principais impactados pelos eventos climáticos extremos.

Esse foi só o primeiro passo, ainda tem muito trabalho pela frente. Para dar continuidade ao projeto, precisamos pressionar os tomadores de

decisão para criarem políticas públicas para o nosso território. E foi isso que fizemos! Em janeiro de 2024, chamamos uma reunião com a vereadora Sandra Santa e o subprefeito da Brasilândia/Freguesia do Ó, Sérgio Gonelli.

Apresentamos o projeto #ClimaDeQuebrada e conversamos sobre as possibilidades de expansão para outras escolas da região. Além disso, protocolamos um ofício para cobrar respostas para a questão do lixo, que é um dos maiores desafios da Brasilândia. Está na hora de representantes do poder público apoiarem as lideranças da sociedade civil, para que assim possamos criar um planeta realmente inclusivo, colaborativo e sustentável.

No final das contas, só queremos promover mudanças efetivas e estruturais, gerar dados e memórias sobre a nossa comunidade, construir tecnologias locais, fazer articulação política para uma mudança de perspectiva e com isso, **democratizar a pauta climática na nossa quebrada!**

Relato de experiência

por Samilly Valadares (Elas Aquilombam, Quilombo Jacunday – Moju/PA)

Sou Samilly, mulher negra, jovem, quilombola, amazônida e comunicadora popular. Vivo no Quilombo Jacunday, no município de Moju (PA), e junto com outras mulheres da minha comunidade, criei a iniciativa Elas Aquilombam. Esse projeto nasceu da nossa vivência diária e da necessidade urgente de criar um espaço onde pudéssemos nos fortalecer como mulheres negras quilombolas, lidar com nossas dores e celebrar nossas existências a partir da escuta, da arte e da comunicação.

A nossa trajetória começou com rodas de conversa e oficinas de escrita, fotografia e memória. A gente queria que meninas e mulheres daqui tivessem acesso a ferramentas que nos ajudassem a contar nossa história com nossa própria voz. Para nós, comunicar é também uma forma de cuidar, curar e resistir. Criamos um espaço físico, simbólico e político onde podemos partilhar nossas vivências, acolher umas às outras e construir caminhos coletivos de transformação.

Quando o apoio chegou, tudo mudou. O financiamento foi essencial para garantir a continuidade do que já fazíamos de forma voluntária e com recursos próprios. Com o recurso, conseguimos ampliar nossas ações, comprar materiais, oferecer pequenas bolsas para as participantes, cuidar do nosso espaço e organizar melhor nossa atuação. Além do dinheiro, recebemos apoio técnico e formações que ajudaram muito no planejamento, na escrita de projetos e no fortalecimento institucional do grupo. Isso fez com que a gente se enxergasse de forma mais potente, e passasse a se reconhecer como parte de uma rede maior de juventudes e lutas.

O que vivemos com esse apoio foi uma virada de chave. A gente passou a se sentir mais segura, com mais autonomia e com mais coragem para sonhar grande. Estar conectada a outras iniciativas e participar de espaços de formação e articulação também nos ajudou a perceber que nossas dores não são isoladas, mas coletivas – e que, juntas, podemos criar outras formas de existir e resistir.

Hoje, o Elas Aquilombam continua sendo um lugar de acolhimento, de trocas, de cuidado e de luta. A gente segue acreditando que, quando uma mulher quilombola se fortalece, toda a comunidade se levanta junto. A nossa experiência mostra que, quando o financiamento chega com confiança, respeito e escuta, ele tem o poder de mudar realidades inteiras.



Recomendações Práticas para Transformar o Financiamento Climático

As experiências compartilhadas neste capítulo não representam casos isolados. Elas revelam um padrão consistente identificado ao longo de toda a pesquisa: quando o financiamento é estruturado com escuta, flexibilidade e compromisso com a justiça socioambiental, ele amplia a capacidade de ação das juventudes e fortalece respostas territoriais à crise climática.

Os dados demonstraram a dimensão da demanda. As análises evidenciaram os obstáculos estruturais. As histórias tornaram visível o impacto concreto dessas escolhas de financiamento. O desafio agora é transformar esses aprendizados em diretrizes práticas para o campo da filantropia.

A seguir, apresentamos recomendações construídas a partir das evidências, das escutas e das experiências das juventudes apoiadas, orientações para financiadores e organizações que desejam ampliar o alcance, a coerência e a efetividade de seus apoios.

Os dados desta pesquisa dialogam com um consenso crescente no campo da filantropia internacional: não basta ampliar recursos para juventudes e organizações de base, é preciso transformar as estruturas que definem como esses recursos são distribuídos, monitorados e avaliados.

Estudos recentes sobre financiamento baseado em confiança, participação juvenil e fortalecimento comunitário mostram que o maior gargalo não é a ausência de soluções nos territórios, mas a dificuldade de acesso a recursos adequados, flexíveis e contínuos.



As recomendações a seguir emergem do cruzamento entre os dados analisados nesta publicação e os aprendizados acumulados por experiências internacionais que defendem uma filantropia mais horizontal, participativa e centrada na confiança.

**Transformar o
financiamento climático
é, antes de tudo,
redistribuir poder.**

Recomendações para Financiadores

Simplificar o acesso e remover barreiras estruturais

Organizações lideradas por juventudes frequentemente enfrentam exigências incompatíveis com sua realidade: registro formal complexo, auditorias onerosas, histórico institucional prolongado, estruturas administrativas robustas e relatórios excessivamente técnicos.

Como evidenciado em debates internacionais sobre financiamento de base comunitária, essas exigências funcionam como filtros que privilegiam organizações já consolidadas, muitas vezes distantes dos territórios mais vulnerabilizados.

É necessário:

- **Revisar critérios de elegibilidade que excluem coletivos informais e redes emergentes.**
- **Ajustar o nível de exigência ao valor do apoio concedido.**
- **Produzir editais e orientações em linguagem acessível.**
- **Reconhecer diferentes formatos organizativos (coletivos, redes, movimentos, articulações territoriais).**
- **Criar mecanismos de apoio para grupos que ainda não possuem formalização jurídica, quando essa formalização não for segura ou viável.**

A ampliação do acesso é uma decisão política e um passo essencial para democratizar o financiamento climático.



Financiar confiança e fortalecer instituições

Um dos principais aprendizados sistematizados no campo da filantropia baseada em confiança é que recursos excessivamente restritos enfraquecem organizações. Quando o financiamento cobre apenas atividades específicas, mas não investe na estrutura, as organizações permanecem frágeis e dependentes.

O financiamento flexível permite:

- Investimento em infraestrutura básica.
- Apoio à saúde organizacional e ao cuidado da equipe.
- Consolidação de sistemas de gestão.
- Resposta rápida a emergências territoriais.
- Inovação e adaptação estratégica.

Mais do que financiar projetos pontuais, financiadores devem:

- Ampliar apoio institucional.
- Financiar custos operacionais reais.
- Permitir readequações orçamentárias sem processos excessivamente burocráticos.

Confiança não é ausência de responsabilidade. É uma forma mais madura de parceria.

Apoiar processos de longo prazo e aprendizagem

Transformações climáticas e socioambientais não ocorrem em ciclos de 12 meses. A insistência em resultados imediatos pode gerar distorções, sobrecarga e superficialidade nas intervenções.

Financiadores podem:

- Priorizar relações de médio e longo prazo.
- Valorizar processos de aprendizagem, e não apenas metas numéricas.
- Ajustar expectativas de avaliação à capacidade real das organizações.
- Reconhecer narrativas, relatos e evidências qualitativas como parte legítima do processo avaliativo.
- Investir em metodologias participativas de monitoramento e avaliação.

Medir impacto não deve significar extrair dados, mas construir conhecimento conjunto.



Recomendações para Organizações de Base

Fortalecer gestão sem perder enraizamento territorial

Organizações lideradas por juventudes enfrentam o desafio de crescer institucionalmente sem se distanciar de sua base social. A profissionalização pode ser necessária, mas não deve resultar na descaracterização da identidade comunitária.

Recomenda-se:

- **Desenvolver rotinas simples e adaptadas de gestão financeira.**
- **Criar mecanismos internos de prestação de contas transparentes.**
- **Registrar aprendizados, metodologias e práticas.**
- **Investir em planejamento estratégico participativo.**
- **Construir sucessão e renovação de lideranças.**

O fortalecimento institucional é um instrumento de autonomia, não um fim em si mesmo.

Integrar cuidado, proteção e sustentabilidade humana

Os dados e relatos analisados evidenciam sobrecarga emocional, riscos territoriais e precarização das juventudes que atuam na linha de frente da justiça climática.

Organizações podem:

- **Incorporar políticas internas de cuidado.**
- **Criar protocolos de segurança física e digital.**
- **Reconhecer a importância da saúde mental.**
- **Distribuir responsabilidades de forma equilibrada.**
- **Valorizar pausas, descanso e processos de regeneração coletiva.**

A sustentabilidade organizacional também depende da sustentabilidade humana.



Recomendações para as Juventudes

Construir redes e fortalecer incidência coletiva

Experiências nacionais e internacionais demonstram que juventudes organizadas em rede ampliam visibilidade, acesso a recursos e capacidade de incidência política.

Juventudes podem:

- Fortalecer alianças regionais e temáticas.
- Compartilhar oportunidades e aprendizados.
- Construir articulações intergeracionais.
- Participar de espaços de decisão sobre financiamento.
- Desenvolver estratégias de proteção coletiva.

A atuação isolada fragiliza. A articulação amplia poder.

Desenvolver capacidade estratégica para acessar recursos

Embora a responsabilidade da transformação estrutural recaia majoritariamente sobre financiadores, juventudes podem fortalecer sua capacidade de diálogo com a filantropia:

- Aprimorar escrita de projetos sem abandonar sua linguagem política.
- Mapear oportunidades nacionais e internacionais.
- Investir em documentação de impactos.
- Construir reputação coletiva a partir da prática territorial.

O acesso a recursos também é um campo de disputa política.

Uma agenda comum para o futuro

As evidências desta pesquisa e os aprendizados sistematizados internacionalmente convergem para uma mesma conclusão: financiamento climático eficaz exige confiança, flexibilidade, escuta e redistribuição de poder.

Juventudes não são beneficiárias ocasionais, são produtoras de soluções locais, de inovação social e de transformação territorial.

Uma filantropia que deseja responder à crise climática precisa:

- Financiar relações, não apenas entregas.
- Apoiar processos, não apenas resultados.
- Escutar territórios, não apenas indicadores.
- Reconhecer que impacto duradouro nasce da autonomia comunitária.

O futuro do financiamento climático será mais justo na medida em que for mais comunitário, mais acessível e mais baseado em confiança mútua.

E essa transformação já está em curso.



Redesenhando o Fluxo de Recursos

Ao longo desta publicação, percorremos dados, territórios, escutas e experiências concretas. O que emerge desse conjunto não é apenas um diagnóstico sobre financiamento climático, mas uma constatação política: as juventudes já estão produzindo respostas estruturantes para a crise socioambiental.

Elas não ocupam um lugar periférico no debate climático. Estão no centro das soluções.

As análises demonstraram que, mesmo diante de barreiras institucionais, burocráticas e territoriais, coletivos e organizações juvenis seguem atuando com criatividade, articulação comunitária e compromisso com a justiça ambiental. As histórias apresentadas evidenciam que, quando o financiamento chega com escuta e flexibilidade, ele potencializa capacidades já existentes.

Juventudes não são apenas o “futuro” da agenda climática. São agentes do presente.

Mais do que beneficiárias de editais, são formuladoras de estratégias, produtoras de conhecimento e guardiãs de territórios. Reconhecer esse protagonismo implica deslocar o olhar tradicional da filantropia, que frequentemente enxerga jovens como destinatários de apoio, para compreendê-los como parte integrante da solução.

O financiamento, nesse contexto, deixa de ser apenas um instrumento administrativo e passa a ser uma ferramenta de justiça. Justiça na distribuição de recursos. Justiça na escolha de prioridades. Justiça na forma como se constrói a relação entre financiadores e territórios.



Da mesma forma, os saberes produzidos pelas juventudes não podem permanecer à margem dos espaços de decisão. Registrar, sistematizar e compartilhar essas experiências é estratégia de incidência política. É disputar narrativas sobre quem produz soluções e quem define os rumos da agenda climática.

A trajetória apresentada nesta publicação aponta para um caminho possível: fortalecer modelos de financiamento baseados na confiança, na descentralização territorial e na valorização das iniciativas locais. O desafio que se impõe ao campo da filantropia e às instituições públicas não é descobrir novas soluções, mas criar condições estruturais para que aquelas já existentes floresçam com autonomia e continuidade.

Se há uma direção a seguir, ela passa por ampliar o diálogo entre financiadores e juventudes, consolidar práticas mais acessíveis e reconhecer que enfrentar a crise climática exige transformar também as estruturas que regulam o acesso aos recursos.



Sobre o Programa Saberes

O Programa Saberes nasce da necessidade de sistematizar aprendizados, produzir conhecimento estratégico e fortalecer a incidência política a partir das experiências apoiadas pelo Fundo Casa Socioambiental.

Mais do que uma iniciativa editorial, Saberes é um programa de produção e circulação de conhecimento comprometido com a justiça socioambiental. Seu objetivo é registrar práticas, analisar dados e transformar experiências territoriais em referências para o campo da filantropia comunitária, das políticas públicas e da agenda climática.

A metodologia desta publicação articulou três dimensões principais:

- 1. Análise de dados institucionais – levantamento e sistematização das demandas recebidas, dos apoios realizados e dos perfis das organizações apoiadas.**
- 2. Escuta qualificada – incorporação de narrativas e experiências das próprias comunidades e juventudes, reconhecendo-as como produtoras de conhecimento.**
- 3. Interlocução com o campo – diálogo com relatórios, pesquisas e iniciativas nacionais e internacionais sobre financiamento climático e filantropia comunitária.**



Essa combinação permite produzir publicações que não apenas descrevem realidades, mas contribuem para qualificar o debate público sobre financiamento, desigualdade territorial e protagonismo juvenil.

A presente edição reafirma o compromisso do Programa Saberes em tornar visíveis as contribuições das juventudes tradicionais e periféricas para a construção de soluções climáticas justas. Ao sistematizar dados e experiências, o programa fortalece a capacidade de incidência das organizações apoiadas e amplia a transparência sobre os caminhos adotados pelo Fundo Casa Socioambiental.

REFERÊNCIAS

PARA LER E COMPARTILHAR SABERES JUVENTUDES, FINANCIAMENTO E JUSTIÇA CLIMÁTICA PROGRAMA SABERES – REDE COMUÁ / FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL PUBLICAÇÃO V.1 – 2026

YOUTH CLIMATE JUSTICE FUND; CLIMATEWORKS FOUNDATION. *Youth Climate Funding Study*. [s.l.]: [s.n.], [2022–2024]. Disponível em: youthclimatejusticefund.org e climateworks.org.

- > Dado central: apenas 0,96% do financiamento climático global chega a organizações lideradas por jovens. Total estimado de US\$ 85,9 milhões mobilizados entre 2022–2024.

INSTITUTO PERIFA SUSTENTÁVEL. *Clima de Quebrada: Educação Ambiental e Antirracista*. São Paulo: Instituto Perifa Sustentável, [2023–2024]. Projeto desenvolvido na Brasilândia, zona norte de São Paulo.

- > Relato de experiência citado integralmente no capítulo 'Histórias que materializam'. Apoiado pelo edital Mulheres Liderando a Ação Climática do Fundo Casa.

PROJETO PERPETUAR / ELAS AQUILOMBAM. *Elas Aquilombam: Tecnologias Ancestrais e Comunicação Climática*. Quilombo Oxalá de Jacunday, Moju (PA): Projeto Perpetuar, [2023–2024].

- > Relato da comunicadora popular Samilly, citado integralmente. Iniciativa de mulheres negras quilombolas apoiada pelo Fundo Casa

MAPEAMENTOS E DIAGNÓSTICOS DA FILANTROPIA BRASILEIRA

REDE COMUÁ; PONTEAPONTE. *Filantropia que Transforma: mapeamento de organizações independentes doadoras para a sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil*. 1ª ed. [s.l.]: Rede Comuá; PonteAPonte, agosto 2023. Analisa 31 organizações doadoras e os fluxos de recursos para a base.

- > Base comparativa para contextualizar a atuação do Fundo Casa no ecossistema filantrópico brasileiro.

GIFE – GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. *Censo GIFE 2022–2023*. São Paulo: GIFE, 2023. Principal radiografia do investimento social privado no Brasil.

- > Referência para contextualizar crescimento de fundos independentes e lacunas em raça e gênero no financiamento privado.

INICIATIVA PIPA. *Periferias e Filantropia: as barreiras de acesso aos recursos no Brasil*. [s.l.]: Iniciativa PIPA, 2023.

- > Dado citado: 95% das iniciativas periféricas enfrentam severas dificuldades burocráticas de financiamento. Dialoga com as barreiras invisíveis descritas no capítulo homônimo.

FUNDO AGBARA; NUPEMN. *Diagnóstico acerca de Filantropia e Raça no Brasil: do centro das lutas às margens dos recursos*. [s.l.]: Fundo Agbara; NUPEMN, [s.d.].

- > Estudo pioneiro sobre financiamento de organizações lideradas por mulheres negras; fundamenta a discussão sobre racismo no campo da filantropia.

REDE COMUÁ. *Comuá pelo Clima: financiamento de soluções climáticas locais e cenários da filantropia*. São Paulo: Rede Comuá, setembro 2024.

- > Documento citado extensamente: sistematiza R\$ 394 milhões investidos na agenda climática, perfil interseccional dos apoios (70%+ voltados a mulheres, negros e jovens), 81% dos membros ampliaram apoios climáticos, dados sobre 74% das organizações atuando com juventudes (2018–2022).

REDE COMUÁ. *Revista Plurais: Vozes, Saberes e Práticas da Filantropia Comunitária e de Justiça Socioambiental*. São Paulo: Rede Comuá, 2024.

- > Reúne artigos sobre decolonialidade, justiça climática e saberes ancestrais; referência teórica complementar.

REDE DE FILANTROPIA PARA A JUSTIÇA SOCIAL. *Expandindo e Fortalecendo a Filantropia Comunitária no Brasil*. 2ª ed. [s.l.]: Rede de Filantropia para a Justiça Social, 2021. (Selo Doar para Transformar).

- > Analisa a 'tropicalização' do conceito de filantropia comunitária para o contexto brasileiro.

WWF; ZSL – ZOOLOGICAL SOCIETY OF LONDON. *Relatório Planeta Vivo 2024: Um Sistema em Perigo*. [s.l.]: WWF; ZSL, 2024.

- > Dados sobre declínio da biodiversidade; fundamenta o argumento sobre a centralidade das comunidades tradicionais na conservação dos biomas.

HODGSON, Jenny. *Disrupção e democratização do desenvolvimento: a filantropia comunitária como teoria e prática. Global Fund for Community Foundations (GFCF)*, [s.d.].

- > Analisa como a filantropia comunitária desafia lógicas de poder 'top-down'; alinha-se ao conceito de trust-based philanthropy presente no capítulo 'Arquiteturas de Financiamento mais Inclusivas'.

MOVIMENTO #SHIFTTHEPOWER. *Manifesto e Práticas para a Transferência de Poder na Filantropia Global*. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

- > Discussão sobre autonomia das comunidades do Sul Global; fundamenta as recomendações sobre redistribuição de poder no financiamento climático.

ELEVATE CHILDREN FUNDERS GROUP (ECFG). *Weaving a Collective Tapestry: Child and Youth Participation Toolkit*. [s.l.]: ECFG, [s.d.].

- > Guia sobre como fundações podem apoiar a participação significativa de jovens em processos decisórios de financiamento.

PLAN INTERNATIONAL; CITI FOUNDATION. *Youth Voices in Youth Employment: A roadmap for promoting meaningful youth engagement*. [s.l.]: Plan International; Citi Foundation, 2021.

- > Manual prático para engajamento juvenil em programas sociais; referência para as recomendações sobre participação de juventudes na concepção de editais.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 — *Estatuto da Juventude. Institui direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude*. Brasília: Presidência da República, 2013.

- > Citado no contexto das garantias formais que ainda não se efetivaram plenamente para as múltiplas realidades das juventudes brasileiras.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua / Censo Demográfico*. [Brasília]: IBGE, [s.d.]. Dados populacionais sobre jovens de 15 a 29 anos.

- > Dado citado: jovens entre 15–29 anos representam ~23% da população brasileira (~47 milhões); ~10,9 milhões não estudam nem trabalham (cenário pós-pandemia).

ENGAJAMUNDO. *Cadê as Juventudes nas Políticas Públicas Federais?*. [s.l.]: Engajamundo, [s.d.].

- > Aponta que o reconhecimento formal de direitos não tem sido suficiente para garantir sua efetivação para as juventudes brasileiras.

FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL. *Base de dados institucional: propostas recebidas e projetos apoiados (2020–2025). Fundo Casa Socioambiental, 2025*. Dados primários de pesquisa.

- > Fonte primária central: 664 projetos recebidos, 218 apoiados; R\$ 35,2 mi demandados, R\$ 10,7 mi apoiados; R\$ 6,59 mi (~US\$ 1,3 mi) destinados a juventudes entre 2022–2024.

PESQUISA COM ORGANIZAÇÕES MEMBRO DA REDE COMUÁ. *Matriz de conceitos-chave e perfil de atuação*. Dados coletados em abril/maio de 2024. (Gráfico 3 da publicação).

- > Base empírica para o diagrama de conceitos-chave (Interseccionalidade, Justiça Climática, Abordagem baseada em Direitos Humanos, Abordagem baseada nas pessoas, Filantropia Comunitária).

APOIO

